

Relatório e Contas 2022

MPE - MADEIRA PARQUES EMPRESARIAIS, SOCIEDADE GESTORA, S.A.

ELEMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	3
1. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS	4
2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA MPE	11
2.2 MISSÃO, VISÃO, VALORES E ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	12
2.3 PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022	13
2.4 OS PARQUES EMPRESARIAIS	13
2.5 CAPITAL HUMANO	16
2.6 DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA ORGÂNICA DA MADEIRA PARQUES EMPRESARIAIS:	16
2.7 ESTRATÉGIA E OBJETIVOS	16
2.8 CONTEXTO MACROECONÓMICO	17
2.9 EVENTOS DE RELEVO EM 2022	20
2.10 PLANO DE INVESTIMENTOS	22
2.11 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	23
2.12 AÇÕES/QUOTAS PRÓPRIAS	28
2.13 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	28
2.14 PERSPETIVAS FUTURAS	29
2.15 NEGÓCIOS ENTRE A EMPRESA E OS SEUS GESTORES	30
2.16 DÉBITOS AO SETOR PÚBLICO ESTATAL COM PAGAMENTOS EM MORA	30
2.17 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	30
2.18 AGRADECIMENTOS	30
3. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	32
3.1 – QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	32
3.2 – OBJETIVOS DE GESTÃO	33
3.3- METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO 2022	33
3.4- GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	35
3.5 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	35
3.6 – RECOMENDAÇÕES/RESERVAS EMITIDAS NA ÚLTIMA CLC	35
3.7 – ORIENTAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS	36
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
4.1- BALANÇO INDIVIDUAL	45
4.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	46
4.3 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	47
4.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31-12-2021	48
4.5 - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31-12-2022	48

5. ANEXO	49
5.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	49
5.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
5.3 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE	51
5.4 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
5.5 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	51
5.6 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
5.7 OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES	57
5.8 JUÍZOS DE VALOR QUE A ADMINISTRAÇÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	57
5.9 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	58
5.10 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	58
5.11 FLUXOS DE CAIXA	58
5.12 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	58
5.13 ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES	59
5.14 PARTES RELACIONADAS	59
5.15 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	59
5.16 ATIVO FIXO TANGÍVEL	60
5.17 PROCESSOS DE CONTENCIOSO SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	60
5.18 ATIVO INTANGÍVEL	62
5.19 RÉDITO	62
5.20 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	63
5.21 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	64
5.22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	64
5.23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	64
5.24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	68
5.25 OUTRAS INFORMAÇÕES	68
5.26 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	75
5.27 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

7. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ELEMENTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os principais indicadores económicos, referentes ao exercício de 2022, apresentam-se em euros, como se segue:

Descrição	2022
Prestação de serviços	2.155.289
EBITA	5.229.370
EBIT	4.270.651
Resultados antes de impostos	3.549.910
Resultado líquido do exercício	3.056.710

E, do ponto de vista financeiro, temos:

Descrição	2022
Ativo líquido total	50.477.300
Capitais próprios	29.039.700

Conforme podemos constatar, em 2022, a MPE-Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. (MPE, S.A.) apresenta um resultado operacional positivo de € 5.229.370. No entanto, dado o elevado peso na estrutura de custos da empresa, que os juros e gastos similares representam, fruto, principalmente, do contrato de derivados com o Banco Santander Totta, a MPE, S.A. apresenta um resultado líquido do exercício positivo de € 3.056.710.

1. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

Descrição	N.º Ações	V. Nominal	Valor	%
Região Autónoma da Madeira (RAM)	4 818 203	5,00 €	€ 24.091.015	93,30%
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	345.948	5,00 €	€ 1.729.740	6,70%
Total	5.164.151		€ 25.820.755	100%

ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2022 a composição dos Órgãos Sociais era a seguinte:

Mesa da Assembleia-Geral

- Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes (Presidente)
- Micaela Ferreira Armas Gonçalves (Vice-Presidente)
- Rubina Filipa Cova Virissimo (Secretária)

Conselho de Administração

- Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (Presidente)
- Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves (Vogal Executiva)
- Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira (Vogal Executiva)

Fiscal Único

- Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.- representada por Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (Efetivo).

Principais elementos curriculares e as qualificações dos membros do órgão de gestão e administração da empresa:

Presidente do Conselho de Administração – Gonçalo Nuno Pimenta Camacho

Formação Académica:

- Bacharelato em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Administração e Línguas – Madeira, obtido em 2002;
- Licenciatura em Gestão de Empresas – Ramo de Auditoria, pelo Instituto Superior de Administração e Gestão – Porto, obtida em 2005;

- Pós-Graduação na área de Fiscalidade pelo Instituto Superior de Administração e Gestão – Porto, obtida em 2006.

Atividade Profissional:

- Entre 1997 e 1999, desempenhou as funções de sócio-gerente na empresa Pimenta & Camacho – Serviços de Limpeza Lda.;
- Em 2000, estagiou no departamento de contabilidade na empresa AL – AGPS;
- De 2002 a 2003 desempenhou funções Consultor Projeto específico PIAME - Projeto de Apoio às Pequenas Médias Empresas - empresa Tracy Internacional;
- De 2004 a 2014 desempenhou funções de Gestor de Projetos do Diário de Notícias da Madeira;
- De 2014 a 2019 desempenhou funções Diretor Comercial/Eventos da Empresa Nutrimadeira, Lda..

Outras competências e aptidões:

- Boa capacidade de comunicação adquirida através da experiência profissional enquanto Diretor Comercial de diversas empresas;
- Capacidade de liderar equipas, através da experiência associativa, da experiência como Presidente da Associação de Estudantes do ISAL, e Vice-Presidente da Federação Académica do Ensino Superior Particular e Cooperativo;
- Boa capacidade de comunicação, realização de diversas conferências de imprensa, como dirigente associativo estudantil, e mais tarde como dirigente de uma associação empresarial;
- Sócio – gerente de algumas empresas, fui adquirindo experiência na liderança de equipas em diversas áreas, tais como nos departamentos de Marketing e Vendas. Liderava um grupo de 10 colaboradores relacionados com estes 2 departamentos;
- Capacidade de organizar eventos, pela experiência como dirigente associativo, e mais tarde como Presidente da Mesa do Comércio Urbano da ACIF.

Vogal do Conselho de Administração - Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves

Formação Académica:

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em 05/07/1990;
- Pós-Graduação em “Direito Regional” pela Universidade da Madeira, ao abrigo de Protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 02/06/2001.

Atividade Profissional:

- De janeiro de 1991 a 30 de dezembro de 1994 desempenhou funções de Consultora Jurídica na extinta Direção Regional de Portos, em cujo Quadro de Pessoal foi integrada a partir de 14 de janeiro de 1992;
- A partir de 1 de dezembro de 1994, passou a desempenhar funções de Consultora Jurídica, em regime de requisição, no Gabinete de Aquisição de Imóveis da Secretaria Regional do Equipamento Social;
- Em 17 de outubro de 1995 foi nomeada, em Comissão de Serviço, Diretora do Gabinete de Aquisição de Imóveis da Secretaria Regional do Equipamento Social, cargo que exerceu até 10 de outubro de 1999;
- Em 11 de outubro de 1999 foi nomeada Adjunta do Gabinete do Secretário Regional do Equipamento Social, mantendo a gestão do Gabinete de Aquisição de Imóveis, funções que exerceu até 28 de fevereiro de 2002;
- De 01 de março de 2002 até 24 de maio de 2012, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de Vogal do Conselho de Administração da MPE-Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.;
- De 25 de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2022, desempenhou as funções de Vogal do Conselho de Administração da MPE-Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. mediante Acordo de Cedência de Interesse Público.

Outras experiências profissionais:

- Exercício de funções de redatora na Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira de setembro de 1976 a novembro de 1978.

- Estágio de Advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital da Madeira, concluído em 14 de maio de 1992;
- Exercício de funções como Escriturária Datilógrafa e Oficial Administrativo, de novembro de 1978 a janeiro de 1986, na extinta Secretaria Regional do Trabalho, onde desempenhou tarefas nas áreas da contabilidade, arquivo e expediente, tendo coordenado a Secção de Contabilidade.

Vogal do Conselho de Administração – Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira

Formação Académica:

- Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no ISCTE - Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa;

Atividade Profissional:

- Iniciou a sua atividade profissional na BDO Portugal., tendo desempenhado a função de Auditora; entre 1999 e 2000;
- Em agosto de 2001 ingressou na KPMG e desempenhou funções de Audit Senior;
- De agosto de 2002 a agosto de 2007 desempenhou o papel de Diretora Financeira, na Empresa FN-Hotelaria S.A..
- Desempenhou também funções de Diretora Financeira na Empresa, de Capitais Públicos, Madeira Parques Empresariais S.A., entre setembro de 2007 e maio de 2015.
- Desde maio de 2015 e até 31 de março de 2016 foi vice-presidente do Conselho de Administração da ARM – Águas e Resíduos da Madeira S.A.;
- Desde abril de 2016 e até 31 de janeiro de 2018, foi vogal do Conselho de Administração da Horários do Funchal, Transportes Públicos S.A e da C^a dos Carros de S. Gonçalo S.A.;
- De 1 de fevereiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020 foi vogal do Conselho de Administração da MPE-Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.

Outras experiências profissionais

- Formação Profissional;

Outras competências e aptidões:

- Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores;
- Contabilista Certificada nº 54 003;
- Membro da Ordem dos Economistas nº 9 097.

Remunerações totais variáveis e fixas, auferidas anualmente por cada um dos membros dos órgãos de gestão, bem como as remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: não remunerado;

Vice-Presidente: não remunerado;

Secretário: não remunerado.

Conselho de Administração:

As remunerações auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração são as estipuladas no Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira, para as empresas do Grupo C, acrescidas de despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Governo nº 392/2015, de 27 de maio e Despacho Conjunto nº 61/2015, de 29 de junho, sem prejuízo da aplicação do limite remuneratório previsto no nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

Presidente: remuneração anual líquida – quarenta seis mil setecentos e noventa e oito euros e cinquenta e seis cêntimos (catorze vezes três mil trezentos e quarenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), despesas de representação de quarenta por cento da remuneração base mensal (doze vezes mil trezentos e trinta e sete euros e dez cêntimos).

Vogais: remuneração anual líquida – trinta e oito mil, novecentos e sessenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos (catorze vezes dois mil setecentos e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), despesas de representação quarenta por cento da

remuneração base mensal (doze vezes mil cento e treze euros e quarenta e dois cêntimos).

As Vogais Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves e Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira optaram pela remuneração base do lugar de origem, nos termos do estipulado no nº 8 do artigo 23º do Estatuto do Gestor Público do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira e do Despacho de autorização de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, sem prejuízo dos limites remuneratórios fixados por Lei.

Fiscal Único efetivo: cinco mil duzentos cinquenta euros, anual, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da MPE – Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A., o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano 2022 caracterizou-se por grandes incertezas dos mercados mundiais cuja causa inicial foi crise pandémica, agravada pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, que persiste, e, agora, por uma crise inflacionista que tem gerado um elevado grau de exigência e complexidade na captação de investimentos para os parques empresariais.

Mesmo no contexto acima referido, que também afetou e continua a afetar Portugal, nomeadamente, a Região Autónoma da Madeira, a MPE-Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. (MPE, S.A.) continuou a promover e a gerir os parques que lhe estão concessionados, de acordo com o proposto no Plano de Atividades, sempre alinhada com as orientações do Programa do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

Foram celebradas parcerias, promovidas reuniões com os Municípios onde se encontram instalados os parques empresariais objeto da concessão, realizadas ações, em conjunto com várias entidades, por forma a agilizar e apoiar os respetivos utentes, tendo estes últimos sido, também, envolvidos na busca de melhorias na atuação da MPE, S.A., através de inquéritos de satisfação, e foram, ainda, efetuadas ações de sensibilização e divulgação das vantagens, para as empresas, decorrentes da sua instalação nos parques empresarias.

Como nota final não posso deixar de salientar que, mesmo em condições adversas, a MPE S.A. teve a capacidade de manter o serviço prestado e, ainda, de aumentar a taxa de ocupação dos parques empresariais que lhe estão concessionados, através das várias modalidades de acesso disponíveis, ou seja, Direito de Superfície, Direito de Utilização e Compra e Venda de lotes.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA MPE

A MPE – Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2001/M, de 28 de agosto, entretanto alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 12/2002/M, 6/2015/M, 12/2018/M e 12/2020/M, de 17 de julho, 13, 6 e 10 de agosto, respetivamente, e é uma empresa de capital exclusivamente público, totalmente subscrito pela Região Autónoma da Madeira e pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM, na proporção de 93,30% e 6,70%, respetivamente. Atualmente o seu capital social ascende a € 25.820.755 (vinte e cinco milhões oitocentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco euros).

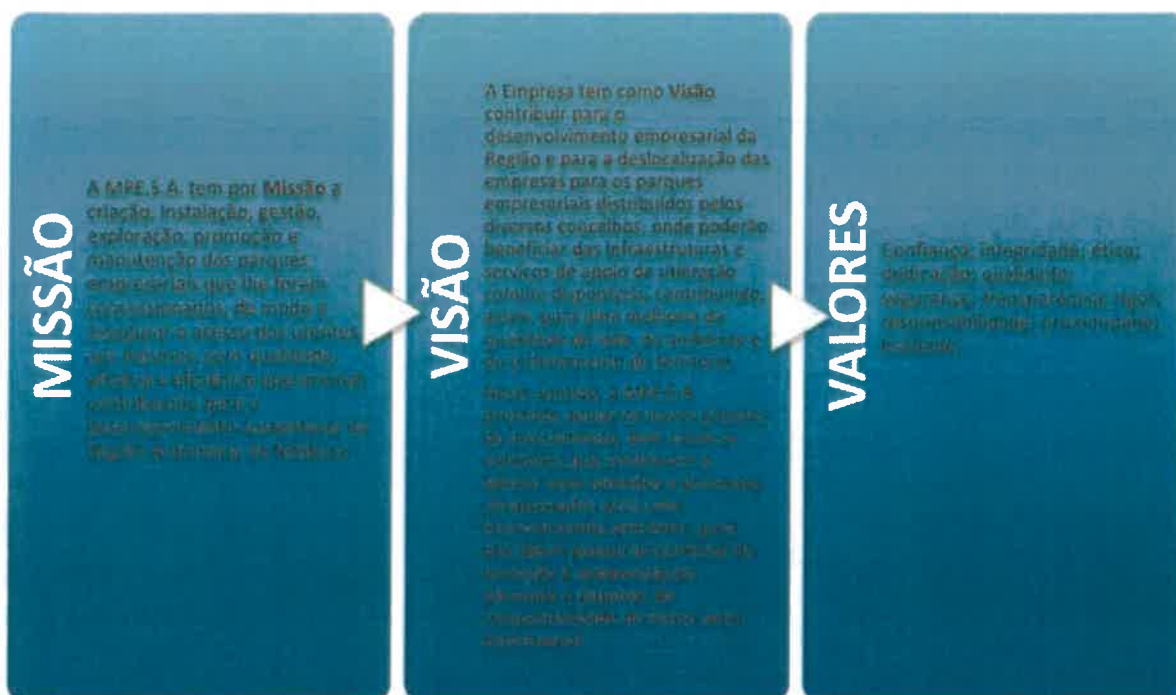
Tem como objeto o exercício da concessão do serviço público de criação, instalação, gestão, exploração, promoção e manutenção dos parques empresariais constantes do Anexo I ao já referido Decreto Legislativo Regional n.º 28/2001/M, de 28 de agosto, na sua redação atual, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia regional, para o correto ordenamento do território e preservação do meio ambiente.

A MPE, S.A. oferece espaços dotados de serviços de apoio de utilização comum, vocacionados para acolher atividades industriais, de armazenagem, de serviços e de comércio, como uso dominante, e outras que, pelas suas características, se revelem incompatíveis com a sua localização nas restantes categorias de solo urbano, desde que compatíveis com os usos existentes, exercidas por entidades públicas ou privadas.

Sendo a MPE, S.A. uma empresa integrada no Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, pretende-se cumprir o dever de informação, previsto no regime jurídico aplicável ao mesmo, aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho.

É crucial para a sustentabilidade da empresa a adoção de uma política de contingência orçamental e de boas práticas para a eficiência económica.

2.2 MISSÃO, VISÃO, VALORES E ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO



2.2.1 Enquadramento Estratégico

O Programa do XIII Governo Regional dá grande destaque à criação de condições que permitam, aos agentes económicos, maior capacidade de investimento e, consequentemente, a criação de emprego e de inovação.

No entanto, a situação pandémica criada pelo novo Coronavírus SARS-CoV-2, que colocou um novo paradigma à escala global, conduziu à reformulação urgente, imperiosa e cirúrgica das prioridades imediatas do Governo Regional, cujo objetivo primordial será, sempre, em qualquer situação, garantir a segurança e o bem-estar da população da Região Autónoma da Madeira (RAM).

À Madeira Parques Empresariais, em sintonia com as orientações emanadas pelo Governo Regional, cabe implementar medidas de apoio a todo o tecido empresarial implantado nos parques empresariais da RAM, com prioridade para a minimização dos impactos económicos nas mais variadas áreas de negócio e na manutenção e estabilidade dos postos de trabalho.

Para além de toda esta conjuntura gerada pela situação pandémica, pela Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e pela conseqüente crise energética, a MPE, S.A. prosseguirá com o apoio aos utentes dos parques empresariais que lhe estão concessionados, no

sentido de garantir maior celeridade no acesso aos apoios ao setor empresarial regional, bem como no desenvolvimento de ações concertadas, junto das entidades competentes, com vista à criação de uma envolvente cada vez mais atrativa à instalação das empresas nos parques empresariais, nomeadamente ao nível dos apoios a conceder e da promoção empresarial.

Contudo, o sucesso a curto prazo dos parques empresariais, depende, não só de fatores internos à própria Empresa, nomeadamente ao nível das estratégias comerciais adotadas, mas também da verificação de uma série de condições, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade desta ou do seu Conselho de Administração.

2.3 PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022

O Plano de Atividades, Investimento e Orçamento da Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A., para o ano de 2022, foi aprovado por unanimidade, em Assembleia Geral, a 30 de dezembro de 2021.

2.4 OS PARQUES EMPRESARIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de espaços ocupados nos parques empresariais concessionados à MPE, S.A. são os seguintes:

Parques Empresariais	ESPAÇOS OCUPADOS/EM PROJETO	%		% ATRIBUIÇÃO		
		dez/20	dez/21	dez/21	dez/22	
Calheta	60	45	45	45	75,00%	75,00%
Santana	35	7	8	18	22,86%	51,43%
P Moniz	16	5	5	5	31,25%	31,25%
Ribeira Brava	35	22	26	32	74,29%	91,43%
Zona Oeste	17	17	17	17	100%	100%
Camacha	23	22	22	22	95,65%	95,65%
P Santo	35	19	26	35	74,29%	100,00%
S. Vicente	29	3	4	4	13,79%	13,79%
Machico	42	25	25	26	59,52%	61,90%
Cancela	74	74	74	74	100%	100%
C. Lobos	61	42	44	50	72,13%	81,97%
Total	427	281	296	328	69,32%	76,81%

Relativamente aos processos de loteamento dos parques empresariais há a referir o seguinte:

Relativamente ao Parque Empresarial da Ponta do Sol, salienta-se que este é o único parque construído pela MPE, S.A. sem loteamento concluído e registado. Tal deve-se ao facto de parte dos imóveis sobre o qual se encontra implantado terem sido adquiridos pelo Município da Ponta do Sol e ainda não ter sido possível um acordo com o mesmo, sobre a forma da sua transmissão para a MPE, S.A.. Em 2020 foi realizada uma reunião

entre a MPE, S.A. e o Município da Ponta do Sol, a qual ficou registada em ata que foi assinada pelas partes, na qual foi assumido o compromisso, por parte da MPE, S.A., de apresentar ao referido Município, uma proposta para a aquisição dos imóveis de sua propriedade, tendo por base o valor da avaliação feita pelo Perito da Lista Oficial de Peritos do Tribunal da Relação de Lisboa, Eng.º Jorge Manuel Câmara Sena Carvalho, em 6 de setembro de 2019, que atribui o valor de € 7,69/m², no valor global de € 37.834,80.

A proposta apresentada ao Município da Ponta do Sol contemplou, em conformidade com o compromisso assumido, duas alternativas:

1. Permuta dos imóveis propriedade do Município da Ponta do Sol, por um ou mais lotes infraestruturados no Parque Empresarial, de valor equivalente ao dos terrenos do Município e a melhor identificar em escritura posterior de determinação de prestação, quando o loteamento se encontrar concluído e registado;
2. Ou, caso não houvesse interesse do Município nessa permuta, compra e venda desses imóveis por parte da MPE, S.A..

Apesar de ter sido apresentada a proposta nos termos acordados e, não obstante as inúmeras insistências feitas pela MPE, S.A., nunca foi obtida qualquer resposta por parte do Município da Ponta do Sol, o que está a impedir a regularização do loteamento deste parque empresarial.

Posteriormente, foi enviada uma proposta de aquisição de acordo com uma avaliação atualizada, mas que também nunca teve qualquer resposta, apesar das inúmeras insistências - a última das quais ocorrida já no ano de 2023.

No que respeita ao Parque Empresarial da Cancela, construído pela Região Autónoma da Madeira antes da criação da MPE, S.A., embora já esteja concluído o respetivo projeto de loteamento, em virtude do contencioso pendente com o Município de Santa Cruz, na sequência da tentativa de venda de terrenos que o integram, em hasta pública, nos quais têm sido proferidas sentenças inteiramente favoráveis à RAM e à MPE, S.A., também não é possível prever o início da sua regularização.

Em 06.06.2019 a Região Autónoma da Madeira e a MPE, S.A. intentaram uma ação judicial com vista ao reconhecimento da propriedade de grande parte dos imóveis sobre os quais se encontra implantado o Parque Empresarial da Cancela. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (TAFF) veio, em agosto de 2022, tomar uma decisão final sobre o assunto, em favor da justiça dos argumentos da Região, dando razão à

RAM e à MPE, S.A. quanto à propriedade dos terrenos onde se encontra o Parque Empresarial da Cancela, que eram reivindicados pela Câmara Municipal de Santa Cruz, tendo a autarquia recorrido dessa sentença, em setembro de 2022, para o Tribunal de Relação de Lisboa, o qual veio, em fevereiro do corrente ano, concordar com o tribunal de primeira instância e assim declarar improcedente o recurso apresentado pela Câmara Municipal de Santa Cruz.

Contudo o Município de Santa Cruz já anunciou que irá recorrer dessa decisão para o Supremo Tribunal de Justiça e para o Tribunal Constitucional, pelo que se aguarda o trânsito em julgado do Acórdão do Tribunal da Relação.

Só após a conclusão do processo judicial é que a Região Autónoma da Madeira poderá lavrar a escritura de justificação da propriedade desses imóveis por usucapião e, posteriormente, transmiti-los para a MPE, S.A..

Só após a transmissão desses imóveis para a MPE, S.A. é que a Empresa poderá avançar com a regularização do loteamento deste parque.

Ainda relativamente ao Parque Empresarial da Cancela, estão a ser desencadeados, em concertação com a Direção Regional do Património, os procedimentos necessários à transmissão para a MPE, S.A. de quatro imóveis propriedade da Região Autónoma da Madeira, ocupados pelo mesmo, que irão permitir a regularização da parte dos imóveis que se encontra implantada no concelho do Funchal.

Quanto ao Parque Empresarial da Zona Oeste (PEZO), já foi feito o levantamento e a identificação de todos os imóveis propriedade da RAM ocupados pelo mesmo e, numa 1ª fase, que ocorreu em 2021, a acionista RAM realizou um aumento de capital em espécie através dos imóveis que permitirão a regularização, em curso, da parte do PEZO que se encontra implantada no concelho do Funchal e que se prevê que venha a ser concluída no decorrer do ano 2023.

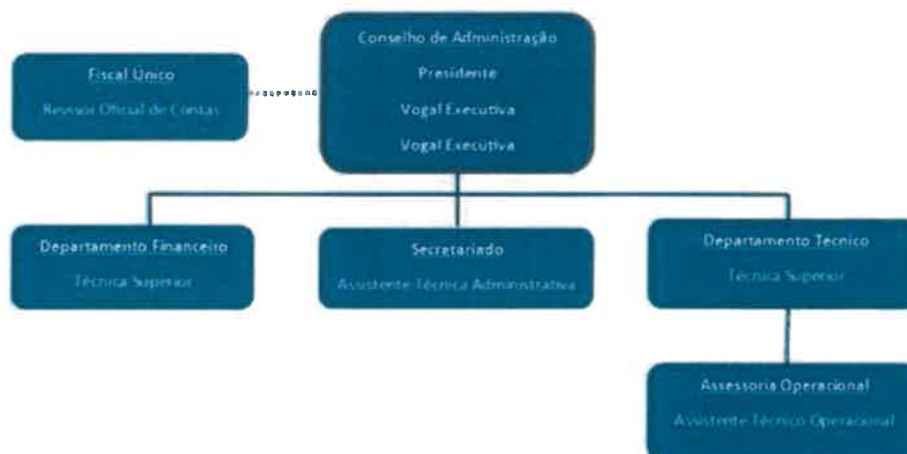
Prevê-se, ainda, um segundo aumento de capital por parte da acionista RAM, que contemplará os imóveis referentes à parte do PEZO que se encontra implantada no concelho de Câmara de Lobos, não se sabendo quando tal ocorrerá, uma vez que está dependente de outras entidades.

Todos os restantes parques, objeto da concessão, têm os respetivos loteamentos concluídos e registados. O mesmo se diga relativamente a todos os pavilhões construídos pela MPE, S.A..

2.5 CAPITAL HUMANO

A nível de recursos humanos, o efetivo total da MPE, S.A. em 31 de dezembro de 2022, era de 7 elementos, sendo 5 do sexo feminino (71 %) e 2 do sexo masculino (29%).

2.6 DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA ORGÂNICA DA MADEIRA PARQUES EMPRESARIAIS:



2.7 ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

Os parques empresariais encontram-se dimensionados e vocacionados para acolher atividades industriais, de armazenagem, de serviços e de comércio, como uso dominante, e outras que, pelas suas características, se revelem incompatíveis com a sua localização nas restantes categorias de solo urbano, desde que compatíveis com os usos existentes, exercidas por entidades públicas ou privadas.

Contudo, o sucesso a curto prazo dos parques empresariais depende, não só de fatores internos à própria Empresa, nomeadamente ao nível das estratégias comerciais adotadas, mas também da verificação de uma série de condições, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade desta ou do seu Conselho de Administração.

Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira e para o correto ordenamento do seu território.

- Incorporar boas práticas de gestão, garantindo a prossecução dos objetivos definidos pela concedente;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Dar conhecimento da missão da MPE, S.A. ao público em geral;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos utentes dos parques empresariais;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

2.8 CONTEXTO MACROECONÓMICO

Internacional

A economia mundial tem sido fustigada por fatores adversos que estão a enfraquecer as perspetivas para o crescimento mundial e a procura externa da área do euro, ao passo que a inflação mundial permanece elevada, mas, aparentemente, tendo já atingido o seu nível máximo.

A guerra da Rússia na Ucrânia continua a ser uma importante fonte de perturbações, sobretudo nos mercados de produtos energéticos e de matérias-primas alimentares, os preços dos produtos energéticos permanecem voláteis. Além disso, em particular nas economias emergentes, a guerra está a nutrir a incerteza quanto à segurança alimentar.

A decisão da China de continuar, por enquanto, a implementar uma estratégia de “zero COVID” e a recessão no setor do imobiliário residencial estão a pesar ainda mais sobre a atividade económica. Se bem que as restrições relacionadas com a pandemia e os

estrangulamentos das cadeias de oferta tenham abrandado a nível mundial, as pressões inflacionistas elevadas e persistentes e as condições financeiras mais restritivas continuam a prejudicar o rendimento disponível das famílias.

Projeta-se, também, que a economia dos Estados Unidos abrande muito devido a condições financeiras mais restritivas do que o esperado, que afetam negativamente as despesas de consumo e o investimento. É provável que a economia do Reino Unido entre em recessão, com o consumo privado a ser atingido pelos elevados preços no consumidor e a subida dos custos dos empréstimos

Projeta-se, ainda, que o crescimento mundial apresente um fraco dinamismo em 2023, e que registe, posteriormente, uma recuperação gradual.

Zona Euro

O conflito na Ucrânia levou à perturbação no aprovisionamento energético da Europa, conduzindo a acentuados aumentos dos preços da eletricidade e do gás, e à escassez de matérias-primas provenientes da Rússia (madeira, pasta), que, agravado pelas disrupções nas cadeias logísticas internacionais introduzidas pelo surto pandémico Covid-19, dificultam a normalização do mercado. Estes fatores causadores de elevada inflação, levaram a um novo elemento com impacto económico na vida das empresas devido ao aumento das taxas de juro, prevendo-se que em 2023 esta situação se mantenha.

Portugal

O forte crescimento em 2022 ocorre num contexto de recuperação do nível pré-pandémico, de estagnação do rendimento disponível real e de redução da taxa de poupança para valores historicamente baixos. Num contexto de eliminação das restrições associadas à pandemia, as famílias aumentaram o consumo, em particular em bens e serviços, cuja despesa tinha sido adiada nos dois anos anteriores, utilizando parte da poupança acumulada durante a crise. A confiança dos consumidores, que já se encontrava em níveis baixos desde março de 2022 deteriorou-se novamente em setembro e outubro. No último trimestre de 2022, as medidas extraordinárias de apoio às famílias, anunciadas pelo Governo deverão ainda suportar o consumo privado, dado que beneficiam agregados familiares que, tipicamente, têm uma maior propensão a consumir.

Em 2023, o aumento muito reduzido do consumo privado está associado à menor almofada financeira das famílias, ao aumento do serviço da dívida e à baixa confiança

dos consumidores. A redução adicional da taxa de poupança contribui para conter a desaceleração do consumo privado. O rendimento disponível nominal desacelera em 2023, com a estagnação do emprego e o desaparecimento das medidas temporárias de apoio, a par do aumento do serviço da dívida e o seu poder de compra volta a estagnar dada a inflação ainda elevada. O impacto do aumento das taxas de juro e da inflação sobre a situação financeira das famílias deverá ser mais marcado para os agregados endividados de menor rendimento.

Região Autónoma da Madeira

O programa do XIII Governo Regional dá grande destaque à criação de condições que permitam aos agentes económicos, maior capacidade de investimento e, conseqüentemente, a criação de emprego e de inovação.

No entanto, a situação pandémica criada pelo SARS-CoV-2, que colocou um novo paradigma à escala global, a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e a crise energética, conduziram à reformulação urgente das prioridades imediatas do Governo Regional, cujo objetivo primordial será, sempre, em qualquer situação, garantir a segurança e o bem-estar da população da Região Autónoma da Madeira (RAM).

À Madeira Parques Empresariais, em sintonia com as orientações emanadas pelo Governo Regional, cabe implementar medidas de apoio a todo o tecido empresarial implantado nos parques empresariais da RAM, com prioridade para a minimização dos impactos económicos nas mais variadas áreas de negócio e na manutenção e estabilidade dos postos de trabalho.

Apesar da conjuntura vivida em 2022, a MPE, S.A. definiu como estratégia a cooperação com diversas entidades, tais como as autarquias e a Direção Regional do Ordenamento do Território, fator crucial para a execução do seu Plano de Atividades do ano de 2022.

2.9 EVENTOS DE RELEVO EM 2022

Das atividades da Madeira Parques Empresariais, S.A., desenvolvidas entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2022, destacam-se

- reuniões de trabalho com diversas Câmara Municipais, tendo em vista o aumento da taxa de ocupação dos parques empresariais;
- proposta às Câmara Municipais de S. Vicente e do Porto Moniz para aplicação de medidas de isenção fiscal, durante 5 anos, em sede de IMI e IMT, para as empresas que adquirirem lotes nos Parques Empresariais dos seus concelhos;
- reuniões com a Direção Regional de Energia e Transportes, tendo sido dado início a um trabalho, em conjunto, no levantamento de atividades industriais localizadas fora dos Parques Empresariais, em situações não regularizáveis, por forma deslocalizá-las para os Parques Empresariais;
- visitas de estudo ao Parque Empresarial da Ribeira Brava, em colaboração com a respetiva Câmara Municipal, para alunos do 1.º ciclo, com o objetivo de dar a conhecer a dinâmica de um parque empresarial, bem como visitar algumas das empresas lá instaladas;
- promoção da Madeira Parques Empresariais através do seu website, bem como através de órgãos da comunicação social, nomeadamente, um jornal de âmbito regional e de uma estação de rádio local;
- uma conferência, em colaboração com a AMRAM, no salão nobre da Assembleia Municipal do Funchal, sobre a temática do Ordenamento e Desenvolvimento Territorial: Desafios e Perspetivas;
- sessão de esclarecimento junto dos empresários da Calheta, promovida pela Madeira Parques Empresariais, em colaboração com a Câmara Municipal da Calheta, para divulgação das vantagens da instalação das suas empresas no parque empresarial do referido concelho;
- divulgação no website do protocolo de cooperação assinado entre a UMA e a MPE, S.A. bem como a todos os utentes dos parques empresariais concessionados;
- gestão e acompanhamento de todo o processo da candidatura aprovada no âmbito do financiamento do PRODERAM 2020, tendo em vista a reabilitação, valorização e resiliência do espaço florestal, localizado no Parque Empresarial de Câmara de Lobos;

- participação da MPE, S.A. como membro da Associação Portuguesa dos Parques Empresariais (APPE), na apresentação de proposta para a simplificação de licenças e procedimentos para empresas localizadas em áreas de localização empresarial, em sede de discussão pública do diploma apresentado pelo Governo da República;
- apresentação de proposta à APPE, tendo como base a reposição dos benefícios fiscais consagrados no artigo 69.º EBF, aplicável aos parques empresariais por força do seu n.º 7, ou seja, a isenção do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, para aquisições de imóveis situados nos parques empresariais pelas empresas que neles se instalarem e pelas respetivas entidades gestoras, e ainda, do Imposto Municipal sobre imóveis, pelo período de 10 anos, aos prédios situados nos parques empresariais, adquiridos ou construídos pelas entidades gestoras das áreas de localização empresarial, e pelas empresas que neles se vierem a instalar;
- Participação ativa da MPE, S.A. na APPE, através da defesa conjunta dos interesses dos parques empresariais.

Em 2022 a MPE, S.A. procedeu à alienação dos seguintes lotes:

- Lote nº 2 do Loteamento II do Parque Empresarial do Porto Santo, com a área de 1.176 m2, pelo valor de € 93.930,00, à “Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.”;
- Lote nº 10/12 do Parque Empresarial da Ribeira Brava, com a área de 1.974 m2, pelo valor de € 189.504,00, à empresa “Unilift - Manutenção e Aluguer de Máquinas, Unipessoal, Lda.”;
- Lote nº 40/43 do Parque Empresarial da Ribeira Brava, com a área de 1.815 m2, pelo valor de € 174.240,00, à empresa “Fernando & Correia, Lda.”;
- Lote 36 do Parque Empresarial de Câmara de Lobos, com a área de 1.020 m2, pelo valor de € 97.920,00, à empresa “Metal-Park, Lda.”;
- Lote nº 14 do Loteamento III do Parque Empresarial do Porto Santo, com a área total de 518 m2 pelo valor de € 41.127, ao empresário em nome individual Xu Fei;
- Lote nºs 2 e 9 do Parque Empresarial de Machico, com as áreas de 500 m2 e de 530 m2, pelos valores de € 54.060 e €51.000,00, respetivamente, perfazendo o total de ambos os lotes o valor de € 105.060,00, à empresa “João Luis Vieira, Unip. Lda.”;
- Lote 17 do Parque Empresarial de Machico, com área 504m2, pelo valor de € 51.4080, à empresa “SCTM - Soc. Construções Técnicas da Madeira, Lda.”;

- Lote 12/13 do Loteamento III do Parque Empresarial do Porto Santo, com a área total de 990m², pelo valor de € 79.596,00, à empresa “Ilhapeixe - Sociedade de Peixe da Ilha, S.A.”.

No ano de 2022 foram, ainda, celebrados os contratos de promessa de compra e venda dos seguintes lotes:

- lote 26/30 do Parque Empresarial de São Vicente, com a área de 2.535 m², cujo valor de venda é de € 193.065,60 com a empresa “Madinsp - Inspeção de Veículos S.A.”, tendo sido pago o valor de 20% a título de sinal, no ato da sua assinatura, no montante de € 38.613,12;

- lote 35 do Parque Empresarial São Vicente, com a área de 695 m², cujo valor de venda é de € 58.380,00, com a empresa “VGPC, Lda.”, tendo sido pago o valor de 20% a título de sinal, no ato da sua assinatura, no montante de € 11.676,00;

- lote 32 do Parque Empresarial Câmara de Lobos, com a área de 448 m², cujo valor de venda é de € 43.008,00, com a empresa “J. Fernando Amorim, Lda.”, tendo sido pago o valor de 20%, a título de sinal, no ato da sua assinatura, no montante de € 8.601,60.

2.10 PLANO DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2021 e 2022, não se realizaram investimentos, materialmente relevantes.

Os montantes previstos em sede de orçamento de 2021 e 2022, não foram executados, uma vez que não foi possível a regularização parcial dos parques empresariais da Zona Oeste e da Cancela que implicaria um valor para expropriações no montante de € 470.219.

Ainda no âmbito do loteamento do PEZO, o que estava previsto era registar em investimento os valores de cerca de IMT e cerca de Imposto de Selo, nos valores estimados de € 152.000 e de € 24.320, respetivamente. No entanto, como os imóveis ainda não foram transmitidos para a MPE, S.A. não se verificou investimento e consequentemente não foi necessário financiamento.

2.11 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.11.1 Estrutura de Resultados

Demonstração dos Resultados	2022	2021	2021/2022
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	5 229 369,68	3 368 189,53	36%
Resultado Operacional/ Resultado antes de imposto	3 549 910,32	1 647 765,95	54%
Resultado Líquido do Período	3 056 710,47	1 452 643,04	52%

A mensuração ao justo valor do *swap* existente junto do Banco Santander, com referência a 31 de dezembro de 2022, com uma da variação positiva de € 3.375.295 tem um fortíssimo impacto, não só no resultado operacional, como também no resultado líquido da empresa.

Receitas

	2022	2021	2021/2022
Vendas e Serviços Prestados	2 155 289	2 189 421	-1,58%
Total	2 155 289	2 189 421	-1,58%

Relativamente ao previsto houve uma variação negativa de cerca de 1,58%, pelo facto de termos alienado alguns lotes, que antes faturávamos pela sua ocupação.

Aumento/Redução do justo valor

O montante de € 3.375.295 resulta da variação positiva apurada, com grande impacto no resultado líquido da Empresa, que é consequência da mensuração ao justo valor do *swap* existente junto do Banco Santander, com referência a 31 de dezembro de 2022.

Outros Rendimentos

O valor mais significativo inscrito nesta rubrica é referente ao reconhecimento dos subsídios ao Investimento recebidos, imputados como rendimentos do exercício na proporção do reconhecimento da amortização desse ativo, no valor de € 540.152.

Principais Gastos Operacionais

Gastos Operacionais	2022	2021	2021/2022
Fornecimentos e serviços externos	366 753	363 464	0,90%
Gastos com o pessoal	376 467	378 271	-0,48%
Total	743 220	741 735	0,20%

Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021	2021/2022
Trabalhos especializados	33 518	20 718	38,19%
Publicidade	2 409	353	85,36%
Vigilância e segurança	55 427	51 506	7,07%
Honorários	34 072	25 087	26,37%
Comissões	15	15	0,00%
Conservação e reparação	127 860	135 271	-5,80%
Outros serviços especializados	1 645	3 633	-120,82%
Materiais	3 689	1 931	47,65%
Energia e fluidos	23 182	25 098	-8,27%
Deslocações e estadas	1 290	885	31,38%
Transportes de pessoal	0	120	
Rendas e alugueres	23 981	23 650	1,38%
Serviços diversos	59 666	75 198	-26,03%
Total	366 753	363 464	0,90%

Dos gastos inscritos em FSE, destacam-se a rubrica de "Conservação e Reparação", pelo seu montante, "Trabalhos Especializados" e "Honorários" pelas variações mais significativas,

No que respeita à rubrica "Conservação e Reparação", é a rubrica com valor mais significativo, pois começa a surgir a necessidade de manutenções e intervenções, nos parques empresariais, sendo que os mais recentes já têm cerca de 20 anos..

Na conta de "Honorários" verificamos um acréscimo de cerca de 26% relativamente a 31.12.2021, essencialmente relacionado com os honorários dos peritos referentes a avaliações específicas de lotes dos Parques Empresariais, para efeitos da sua alienação e honorários, com pareceres jurídicos.

Na rubrica "Trabalhos Especializados" estão registados custos associados a avaliações fiscais dos prédios da MPE, S.A., de pareceres e levantamentos topográficos, entre outros.

Gastos com o pessoal

Quanto aos recursos humanos, o efetivo total, com referência a 31 de dezembro de 2022, foi de 7.

Recursos Humanos	2022	2021	2021/2022
a) Gastos com Órgãos Sociais	235 674	228 761	2,93%
c) Vencimento do pessoal	114 285	121 551	-6,36%
- (i) Vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	103 461	112 502	-8,74%
- (ii) Outros subsídios	10 824	9 049	16,40%
f) Restantes Encargos dos quais formação profissional	26 508	27 959	-5,47%
Gastos totais com pessoal= (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	376 467	378 271	-0,48%
Designação			
Nº Total Recursos Humanos (O. S+ Cargos de Direção + Trabalhadores)	7	7	0,00%
Nº Órgãos Sociais (O.S) (número)	3	3	0,00%
Nº Cargo de direção sem O.S. (número)	1	1	0,00%
Nº trabalhadores sem O.S e sem cargos Direção (número)	3	3	0,00%

A variação refletida nos órgãos sociais decorre dos aumentos publicados por decreto-lei, e no caso de um vogal pelo aumento no seu vencimento de origem, que é regulado por uma convenção coletiva específica.

Relativamente aos gastos com os restantes funcionários, apesar dos seus vencimentos terem sido atualizados pelos aumentos publicados, ainda estão influenciados pelos custos com uma funcionária que saiu no decorrer do ano 2021 e que já não se refletem em 2022.

Juros e gastos similares suportados

Relativamente à conta de "Juros e Gastos Similares Suportados", são referentes aos juros dos empréstimos contraídos junto do Banco Santander Totta e do Swap.

Relativamente aos cupões que se venceram no 2º semestre, já se refletiu a subida da Euribor e consequente pagamento de juros dos empréstimos contraídos em empréstimos com o Deutsche Bank, com o Depfa Bank e Banca OPI.

Outros Gastos

Os valores mais significativos inscritos nesta rubrica são referentes às menos valias dos lotes alienados em 2022, no valor de € 60.405, ao pagamento Impostos, nomeadamente IMI referente ao ano 2021, taxas de Aval dos Empréstimos avalizados pela Região Autónoma da Madeira e aos emolumentos do Tribunal de Contas que ascenderam a cerca de € 17.200, referentes à Auditoria de Resultados realizada.

2.11.2 Balanço

Balanço	2022	2021	2021/2022
Ativo			
Ativo não corrente	47 963 688	50 183 619	-5%
Ativo corrente	2 513 612	3 316 536	-32%
Total do Ativo	50 477 300	53 500 155	-6%
Património Líquido			
Património/Capital	27 939 011	27 527 712	1%
Resultados Transitados	-14 076 961	-15 456 972	-10%
Outras variações no Património Líquido	12 120 939	12 432 505	-3%
Resultado Líquido do Período	3 056 710	1 452 644	52%
Total Património Líquido	29 039 699	25 955 889	11%
Passivo			
Passivo não corrente	14 012 959	15 566 652	-11%
Passivo corrente	7 424 642	11 977 614	-61%
Total do Passivo	21 437 601	27 544 266	-28%
Total do Património Líquido e Passivo	50 477 300	53 500 155	-6%

Ativo Não Corrente

Em 2022 não houve investimentos materialmente relevantes, pois para além de não estarem contemplados em sede de orçamento, o grande objetivo para os próximos anos é a manutenção das infraestruturas que, atualmente, ascendem a cerca de € 47.965.000.

Por outro lado, verificou-se aumento do ativo fixo tangível, decorrente do aumento de capital em espécie do acionista RAM, atenuado pela normal amortização dos bens e da alienação de 9 lotes:

Parques Empresariais	Compra e Venda (lotes)	Promessa Compra e Venda (Lotes)
Machico	3	0
Porto Santo	3	0
Câmara de Lobos	1	1
Ribeira Brava	2	0
S. Vicente	0	2
Total	9	3

O valor dos ativos por impostos diferidos diminuiu devido à redução do valor de mercado do *swap*.

Ativo Corrente

A dívida de clientes, em 2022, cresceu 3,71%, não pela falta de insistência na cobrança, mas porque essencialmente no 2º semestre, se verificou menos liquidez nas empresas em consequência da conjuntura atual que se vive.

O montante significativo em “Depósitos à Ordem”, justifica-se essencialmente pela alienação de 9 lotes e pela celebração de 3 contratos promessa de compra e venda.

Os montantes recebidos foram € 1.076.686 provenientes das alienações e contratos promessa de compra e venda de lotes, devidamente autorizados pelo Conselho do Governo Regional da Madeira.

Situação Líquida Da Empresa

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 22, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis, incluindo subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Assim, a 31 de dezembro de 2022, o capital próprio da empresa ascende a € 29.039.700.

No decorrer do período o acionista Região Autónoma da Madeira realizou Prestações Suplementares no montante de € 338.666, pela conversão do mútuo celebrado em 2020 conforme deliberação da Assembleia Geral de 19 dezembro de 2022.

Em financiamentos obtidos, o valor em dívida total (corrente e não corrente) a 31 de dezembro de 2022 ascende a € 13.666.667, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior, que se deve às amortizações de:

- ✓ € 333.334 relativo ao empréstimo contraído em 2006, junto do Depfa Bank;
- ✓ € 666.667 respeitante ao empréstimo contraído em 2007, junto da Banca OPI e
- ✓ € 500.000 referentes ao empréstimo contraído em 2005, junto do Deutsche Bank.

O acréscimo na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, cuja principal variação foi o montante da retenção na fonte, pelos 12 meses de faturação, dos espaços ocupados, ao contrário de 2020, cuja retenção na fonte foi apenas referente aos meses faturação e que se resumiram ao primeiro trimestre desse ano.

2.12 AÇÕES/QUOTAS PRÓPRIAS

A sociedade não detém ações ou quotas próprias e não adquiriu nem alienou qualquer uma durante o último exercício.

2.13 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A MPE, S.A celebrou, em 09 de março de 2023, um contrato de transferência dos empréstimos celebrados com o Deutsche Bank em 2005 e com o Depfa Bank em 2006, cujos valores em dívida, à data da transferência, eram de € 4.000.000 e € 3.000.000, respetivamente.

Ficou, também, definido que os juros dos cupões a decorrer dos referidos empréstimos seriam assumidos pela MPE, S.A., apenas até ao dia 09 de março de 2023, no valor de € 22.034 relativamente ao Deutsche Bank e de € 23.860 relativamente Depfa Bank.

Para além da situação acima referida, a MPE S.A., não tem conhecimento de outros factos ou acontecimentos que poderiam ter afetado ou possam vir a afetar significativamente as referidas Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2022.

2.14 PERSPETIVAS FUTURAS

A MPE S.A, sendo uma empresa do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, em que o acionista maioritário é a própria Região, foram tidas em devida conta as orientações emanadas na esfera acionista e incorporados os novos desafios que emergem da mudança de paradigma nos comportamentos sociais e no modelo de desenvolvimento, onde o ambiente ganha redobrada importância.

Neste contexto, a MPE, S.A. espera contar com o apoio financeiro da acionista RAM, sempre que necessário, para o cumprimento da estratégia desencadeada pelo programa do XIII Governo da Região Autónoma da Madeira.

Continua a ser objetivo, quer do Conselho de Administração, quer de toda a estrutura que compõe a MPE, S.A. seguir, como tem sido prática até agora, as seguintes linhas de orientação estratégica:

- Adoção de uma gestão baseada no rigor, imparcialidade, transparência, cooperação, responsabilidade e capacidade estratégica, conduzida por elevados padrões de ética profissional, inerentes aos princípios de bom governo das entidades públicas empresariais, tal como definido no Código de Conduta da MPE;
- Prevenção de situações de corrupção e infrações conexas, conforme definido no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado a 7 de janeiro de 2013 e revisto e alterado a 19 de dezembro de 2016;
- Consolidação dos projetos de implantação dos Parques Empresariais;
- Diversificação de atividades e revitalização do tecido empresarial fora do concelho do Funchal decorrente da oferta dos Parques Empresariais;
- Consolidação da oferta empresarial, interligação e complementaridade de recursos, máximo aproveitamento da capacidade operacional e otimização logística dos Parques Empresariais;
- Consolidação da oferta dos pavilhões industriais a disponibilizar em regime de direito de utilização;
- Aproveitamento das sinergias caracterizadoras da presença de diferentes agentes económicos nos Parques Empresariais.

Uma prática assente em princípios e compromissos de integridade, sustentabilidade e boa governação, com o foco nas pessoas e na organização, será intensificada a adoção das melhores práticas ao nível do modelo de governo, da organização e funcionamento, da valorização do capital humano, do incentivo ao conhecimento e inovação.

2.15 NEGÓCIOS ENTRE A EMPRESA E OS SEUS GESTORES

Não se verificou a existência de qualquer negócio entre a empresa e os seus gestores, pelo que não se registou qualquer autorização com esse propósito.

2.16 DÉBITOS AO SETOR PÚBLICO ESTATAL COM PAGAMENTOS EM MORA

A empresa não tem em mora qualquer dívida, nem à Fazenda Pública, nem à Segurança Social.

2.17 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período inclui o montante de € 3.375.295, que resulta da variação positiva apurada em consequência da mensuração ao justo valor do swap existente junto do Banco Santander, líquida do respetivo imposto diferido, no montante líquido de € 2.879.127.

De acordo com o artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, os incrementos patrimoniais não realizados não relevam para ser distribuídos.

Assim, o Conselho de Administração da MPE propõe que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de € 3.056.710, tenha a seguinte aplicação:

- Para reforço da reserva legal, o montante de € 152.836, correspondente a 5% do resultado líquido;
- Para resultados transitados, a quantia remanescente de € 2.903.875.

2.18 AGRADECIMENTOS

A execução do plano de atividades, no exercício de 2022, só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Todos os utentes dos parques empresariais;
- Os nossos fornecedores, com especial destaque para o prestador de serviços de contabilidade;

- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- As Câmaras Municipais, parceiras nos projetos de implantação dos Parques Empresariais na RAM;
- O Instituto de Desenvolvimento Empresarial, nosso acionista;
- A RAM, também nossa acionista, em particular à Secretaria Regional das Finanças e à Secretaria Regional da Economia, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos;
- Os quadros da Madeira Parques Empresariais, pelo esforço e empenho no cumprimento dos objetivos propostos.

Funchal, 10 de março de 2023.

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

(Gonçalo Nuno Pimenta Camacho)

Vogal Executiva

(Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves)

Vogal Executiva

(Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira)

3. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

3.1 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2022	CUMPRIMENTO S/N/A.	QUANTIFICAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Objetivos de Gestão	N/A	N/A	N/A
Metas a atingir constantes no PAO 2022	S	S	S
Atividades Previstas	S	S	S
Princípios financeiros de referência	S	S	S
Investimento	S	S	S
Gastos com o Pessoal e Mapa de Pessoal	S	S	S
Nível de Endividamento	S	S	S
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N/A	N/A	N/A
Gestão do Risco Financeiro	S	S	S
Limites de Crescimento do Endividamento	S	S	S
Evolução do PMP[1] a fornecedores	S	S	S
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N/A	N/A	N/A
Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas - Resultados obtidos	S	S	S
Recomendações/Reservas emitidas na última CLC	S	S	S
Orientações sobre as Remunerações/honorários	S	S	S
Não atribuição de prémios de gestão	S	S	S
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	S	S	S
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	S	S	S
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	S	S	S
Aplicação do artigo 24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira	S	S	S
Não utilização de cartões de crédito	N/A	N/A	N/A
Não reembolso de despesas de representação pessoal	N/A	N/A	N/A
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	S	S
Valor máximo de despesas associadas às viaturas de serviço	N/A	N/A	N/A
Despesas não documentadas ou confidenciais -nº 2 do artigo 15.º do RJSERAM e do artigo 8.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira	N/A	N/A	N/A
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	S	S
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	S	S
Contratação Pública	S	S	S
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	S	S
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A	N/A	N/A
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N/A	N/A	N/A
Medidas de otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	S	S
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artigo 62.º do DLR n.º 28-A/2021/M, ORAM 2022)	S	S	S
Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	S	S	S
Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade, conforme determina o artigo 48.º do RJSERAM	N	N	N
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	S	S	S
Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira	N/A	N/A	N/A
Informação a constar no site do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira	S	S	S

3.2 OBJETIVOS DE GESTÃO

A MPE S.A, sendo uma empresa do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, em que o acionista maioritário é a própria Região, foram tidas em devida conta as orientações emanadas na esfera acionista e incorporados os novos desafios que emergem da mudança de paradigma nos comportamentos sociais e no modelo de desenvolvimento, onde o ambiente ganha redobrada importância.

Relativamente ao artigo 36º do Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, não foram definidos objetivos de gestão pelo acionista.

3.3 METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO 2022

3.3.1 – Atividades Previstas no PAO 2022

Atividades e metas previstas PAO 2022	PAO 2022	Realizado 2022	% Cumprimento
Promoção dos PE	✓	✓	100%
Manter a redução/isenção taxas impostos camarários	✓	✓	50%
Celebração Protocolos	✓	✓	100%
Eficiente Gestão e Exploração dos PE	✓	✓	100%
Negociação Município Ponta do Sol	✓	✗	0%
Procedimentos para recuperação de dívidas de clientes	✓	✓	100%
Identificação de necessidades de formação	✓	✓	100%
Segurança e Saúde no Trabalho	✓	✓	100%
Elaboração de Proposta Benefícios Fiscais AR	✓	✓	50%
Conferência Anual MPE AMRAM	✓	✓	100%
Visitas de grupos parlamentares aos PE	✓	✗	0%
Visitas de escolas organizadas MPE/Municípios	✓	✓	100%
Gerir e acompanhar a candidatura do PRODERAM 2020	✓	✓	100%

3.3.2 – Princípios financeiros PAO 2022

Para efeitos de comparação dos valores do realizado em 2022 e o Plano de Atividades do Orçamento de 2022, foi necessário retirar o efeito do justo valor do *swap*, não considerado neste último.

Princípios financeiros de referência	PAO 2022	Realizado 2022*	% Cumprimento
Resultado Operacional	1 906 634	1 854 075	2,76%
Resultado Líquido do Exercício	177 710	177 583	0,07%
EBITDA	1 906 634	1 854 075	2,76%

*sem o justo valor do *swap*

A variação positiva apurada, em consequência da mensuração ao justo valor do *swap* a 31-12-2022, foi de € 3.375.295 que líquida do respetivo imposto diferido, resulta o montante líquido de € 2.879.127.

3.3.3 – Plano de Investimentos

Nos exercícios de 2021 e 2022, não se realizaram investimentos, materialmente relevantes.

Os montantes previstos em sede de orçamento de 2021 e 2022, não foram executados, uma vez que não foi possível a regularização parcial dos parques empresariais da Zona Oeste e da Cancela que implicaria um valor para expropriações no montante de € 470.219.

Ainda no âmbito do loteamento do PEZO, o que estava previsto era registar em investimento os valores de cerca de IMT e cerca de Imposto de Selo, nos valores estimados de € 152.000 e de € 24.320, respetivamente. No entanto, como os imóveis ainda não foram transmitidos para a MPE, S.A. não se verificou investimento e consequentemente não foi necessário financiamento.

3.3.4 - Gastos com o Pessoal

Execução de custos com o pessoal previstos no PAO 2022

Conta SNC	Princípios financeiros de Referência	PAO 2022	Realizado 2022	Variação 21/22
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	183 932	188 884	-2,69%
632	Remunerações do pessoal	121 694	109 841	9,74%
63211	Remuneração base	100 338	89 064	11,24%
63212	Subsídio de férias	8 231	7 639	7,19%
63213	Subsídio de Natal	8 231	6 758	17,90%
63214	Despesas de Representação	3 749	3 471	7,42%
63215	Subsídio de Refeição	1 145	1 183	-3,29%
63219	Outras	-	1 726	
635	Encargos sobre remunerações	71 478	69 801	2,35%
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 091	2 086	0,23%
638	Outros gastos com pessoal	20 392	5 854	71,29%
63	Gastos com o pessoal	399 587	376 467	

Os custos com o pessoal foram inferiores ao previsto, essencialmente pela não contratação de um técnico superior que estava previsto e pelos custos com formação terem sido irrisórios, face ao previsto.

Mapa de Pessoal 2022

Mapa de pessoal	PAO 2022	Realizado 2022	% cumprimento
Órgãos Sociais	3	3	100%
Pessoal Dirigente	1	1	100%
Técnico Superior	2	1	50%
Assistente Técnico	1	1	100%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	8	7	

3.3.5 – Nível de Endividamento

Endividamento	PAO 2022	Realizado 2022	Var. Abs.
Variação do endividamento	13 666 667	13 666 667	0

3.4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Gestão do Risco Financeiro	Cumprido S/N/N.A.
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva	
- Diversificação de instrumentos de financiamento	S
- Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	S
- Diversificação de entidades credoras	S
- Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado.	S
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes	
- Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	S
- Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	S
- Minimização da prestação de garantias reais	S
- Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	N/A
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa	
- Adoção de políticas que minimizem a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	S
- Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio	S
- Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento	S
Inclusão nos R&C	
- Descrição da evolução da taxa média de financiamento nos últimos 5 anos	N/A
- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos.	N/A
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	S
Reflexão nas DF 2021 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	S

3.5 EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

PMP a fornecedores	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	45	60	15	-33,33%

3.6 RECOMENDAÇÕES/RESERVAS EMITIDAS NA ÚLTIMA CLC

Na Certificação Legal de Contas do exercício findo em 31/12/2021, sem qualquer reserva, consta uma ênfase referente a um processo judicial, em que a Construtora do Tâmega S.A., no âmbito da empreitada de “Conceção/Construção do Parque Empresarial de Câmara de Lobos”, intentou contra a MPE, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, uma ação para pagamento da quantia de €

2.047.372, resultante de um cálculo de juros de mora. A Madeira Parques Empresariais não reconheceu qualquer montante em dívida e, tendo sido condenada na 1ª Instância a pagar aquele montante, recorreu dessa decisão, tendo obtido provimento, exceto no tocante aos juros devidos pela mora no pagamento de uma fatura. A Construtora do Tâmega S.A., recorreu dessa decisão para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual, por Acórdão de 19 de janeiro de 2017, já transitado em julgado, julgou o recurso parcialmente procedente, tendo o processo baixado à 1.ª Instância, em abril de 2017.

A 01 de março de 2023 o TAF do Funchal notificou agora as partes para a continuação do processo em primeira instância, se necessário, com realização da audiência de julgamento para o apuramento do valor devido a título de juros de mora sobre as faturas n.º 75/D/2004 e n.º 124/D/2014.

Em 08 de março de 2023, foi celebrado um acordo de transação judicial para pagamento do valor de € 30.791, a pagar em três prestações mensais, em que:

- Cada parte suporta as suas custas;
- As partes prescindem das custas de parte.

3.7 ORIENTAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

3.7.1 - Mesa Da Assembleia Geral (Mandato 2020-2023)

- Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes (Presidente)
- Micaela Ferreira Armas Gonçalves (Vice-Presidente)
- Rubina Filipa Cova Viríssimo (Secretária)

A Mesa da Assembleia Geral não é remunerada.

3.7.2 – Conselho de Administração

Conselho de Administração- Composição

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO (2)			Nº de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade pagadora (O/E)	Identificação da data de autorização e Forma	
25-01-2021 a 31-12-2023	Presidente do CA	Gonçalo Nuno Pimenta Camacho	AG	25/01/2021	Não	N/A	N/A	N/A	2
25-01-2021 a 31-12-2023	Vogal do CA	Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves	AG	25/01/2021	Sim	APRAM, S.A.	MPE, S.A.	Acordo de Cedência de Interesse Público (25/01/2021)	3
25-01-2021 a 31-12-2023	Vogal do CA	Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira	AG	25/01/2021	Sim	MPE, S.A.	MPE, S.A.	N/A	2

Conselho de Administração – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal*	Despesas de Representação*
Gonçalo Nuno Pimenta Camacho	S	C	3 214	1 353
Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves	S	C	2 817	1 127
Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira	S	C	2 817	1 127

*Com redução remuneratória

Conselho de Administração – Remunerações

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Gonçalo Nuno Pimenta Camacho	63 601	0	63 601	2 368	61 233
Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves	72 274	0	72 274	1 972	70 302
Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira	55 746	0	55 746	1 972	53 774

Conselho de Administração - Benefícios Sociais

Membro do CA Nome	Benefícios Sociais (€)	
	Subsídio de Refeição	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano
Gonçalo Nuno Pimenta Camacho	4,77 €	1 182,72 €
Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves	4,77 €	1 182,72 €
Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira	4,77 €	1 182,72 €

10 *5,20 a partir de outubro de 2022

O Conselho de Administração da MPE, S.A., não tem mais qualquer benefício social, para além do subsídio de alimentação.

3.7.3 – Fiscalização – Fiscal Único/Roc

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Grant Thornton & Associados – SROC, Lda	5 250	0	5 250

3.7.4 - Aplicação do artigo 24º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira

3.7.4.1 - Não há, nem nunca houve, qualquer utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento pelos gestores públicos da MPE, S.A..

3.7.4.2 - Não há qualquer reembolso aos gestores públicos da MPE, S.A. de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3.7.4.3 - Não há, nem nunca houve, quaisquer despesas domiciliárias dos gestores públicos da MPE, S.A., pagas pelo orçamento da empresa.

Em matéria de comunicações, os gestores públicos da MPE, S.A. cumprem o disposto no Despacho nº 253/2015, de 20/05/2015, da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública que veio redefinir as regras de atribuição e utilização dos telemóveis, no âmbito das condições estabelecidas pela Resolução n.º 68/2003, de 23 de janeiro e na sequência da Resolução n.º 384/2015, de 14 de maio.

3.7.4.4 - Não há viaturas afetas aos gestores públicos. Apenas há uma viatura usada pelos gestores públicos da MPE, S.A. nas suas deslocações em serviço. Da ata de eleição do Conselho de Administração não consta qualquer atribuição de viatura a qualquer membro do Conselho de Administração.

3.7.5 – Realização De Despesas Não Documentadas Ou Confidenciais

Não há despesas não documentadas ou confidenciais.

3.7.6 – Elaboração e divulgação do Relatório anual de execução do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

É elaborado e divulgado no *website* da MPE, S.A., o relatório anual de execução do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas conforme disposto no nº 1 do artigo 44º do RJSERAM, o qual é enviado a todas as entidades indicadas na Lei, a saber, Secretários Regionais da Tutela, Inspeção Regional de Finanças, Tribunal de Contas e Conselho de Prevenção da Corrupção.

3.7.7 - Contratação Pública

3.7.7.1. Sobre o “modo” como foram aplicadas as normas da contratação pública, correndo o risco da resposta não ser a pretendida, dada a forma pouco objetiva como a questão é colocada, cumpre-nos informar que a MPE, S.A. aplica as normas da contratação pública, na qualidade de **Entidade Adjudicante**.

Consequentemente, cumpre o disposto no Código da Contratação Pública, no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, nos Decretos Legislativos Regionais que aprovam os Orçamentos da RAM, e demais legislação aplicável, estando atenta às sucessivas alterações da legislação anteriormente mencionada e adaptando os seus procedimentos às alterações supervenientes que lhe sejam aplicáveis.

3.7.7.2. Para além das obrigações decorrentes da legislação mencionada no número anterior, relativas ao gestor do contrato, que o acompanha em permanência, existe uma “*check list*” interna, para cada procedimento, onde vão sendo descarregados todos os atos praticados no seu âmbito, por forma a assegurar o cumprimento de todas as formalidades, procedimentos e prazos impostos pelo Código da Contratação.

Existe, ainda, um sistema interno de **alerta de fim dos contratos** que, com a antecedência mínima de 60 dias, alerta sobre o seu termo, permitindo, assim, aos gestores públicos da MPE, S.A. em conformidade com a qualidade do serviço prestado, decidirem se a Empresa deve renovar o contrato ou denunciá-lo ou, em caso de termo, preparar novos procedimentos.

3.7.7.3. Não houve qualquer contrato desse valor durante o mandato dos atuais gestores públicos da MPE, S.A..

3.7.8 - Medidas De Otimização Da Estrutura De Gastos Operacionais Das Empresas Públicas.

Valores em euros	2023 Prev.	2022 Exec	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2023/2019 ou 2022	
						Δ Absol.	Var. %
(1) Vendas e serviços prestados	2 420 473	2 155 289	2 189 421	700 588	1 898 419	265 184	12%
(2) Subsídios à exploração ¹¹	0	0	0	1 395 123	0	0	0%
(3) Volume de negócios (VN) = (1) + (2)	2 420 473	2 155 289	2 189 421	2 095 711	1 898 419	265 184	12%
(5) FSE	709 875	368 675	363 484	419 557	385 661	343 200	94%
(6) Gastos com o pessoal	417 877	376 467	378 271	387 961	380 913	41 410	11%
(7) Gastos operacionais (GO) = (4) + (5) + (6)	1 127 752	743 142	741 735	807 518	766 574	384 610	52%
(8) GO/VN = (7) / (3)	0,47	0,34	0,34	0,39	0,40	1,45	0,35
(9) EBITDA recorrente = (3) - (7)	1 292 721	1 412 147	1 447 686	1 288 193	1 131 845	-119 426	

O decréscimo acentuado previsto no EBITDA justifica-se essencialmente pelo valor estimado para conservação e reparação em intervenções não correntes nos parques

empresariais, no valor de cerca de 815.520, e pelo acréscimo em honorários referentes em cerca de € 100.000 para assessoria jurídica nomeadamente no processo de regularização dos terrenos do Parque Empresarial da Cancela.

3.7.9 - Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (Artigo 62º do DLR N.º 28-A/2021/M, ORAM 2022)

Todas as decisões de contratar foram tomadas através de deliberação do Conselho de Administração, estando a respetiva fundamentação evidenciada nas mesmas.

3.7.10 - Divulgação Das Recomendações Dirigidas À Empresa Resultantes De Auditorias Conduzidas Pelo Tribunal De Contas

As recomendações dirigidas à empresa resultantes da Auditoria conduzida pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas nos últimos três anos (Auditoria de Resultados à Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. – Relatório n.º 10/2022-FS/SRMTC, datado de 17/11/2022) encontram-se publicadas no site oficial do Tribunal de Contas na *Internet*, entidade que, também as enviou ao Ministério Público, Secretaria Regional da Tutela e às Câmaras Municipais da Região Autónoma da Madeira, desconhecendo a MPE, S.A. qualquer obrigação de publicação destas recomendações pelo que se solicita a indicação da base legal dessa obrigação.

No que se refere às medidas adotadas, considerando a proximidade da data em que o referido Relatório foi recebido na MPE, S.A., informamos o seguinte:

Aos membros do Conselho de Administração:

a). No que se refere à recomendação para “*acelerar a regularização da propriedade dos terrenos onde foram instalados os parques empresariais*”, informa-se, tal como foi oportunamente informado à Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, que todos os imóveis adquiridos pela MPE, S.A. se encontram regularizados e que, à exceção do Parque Empresarial da Ponta do Sol, todos os Parques Empresariais contruídos pela MPE, S.A. têm os seus loteamentos concluídos e registados.

Assim, faltam, apenas, regularizar os imóveis onde se encontram implantados os Parques Empresariais da Cancela, Zona Oeste e Ponta do Sol.

O primeiro, por estar pendente um contencioso entre a RAM/MPE, S.A. e o Município de Santa Cruz e, também, um processo de aumento de capital em espécie, pela acionista RAM, através dos imóveis de sua propriedade ocupados pelo referido parque.

Relativamente ao segundo, também está em curso um processo de loteamento da parte localizada no concelho do Funchal e um processo de aumento de capital em espécie pela acionista RAM, através dos imóveis de sua propriedade localizados no concelho de Câmara de Lobos e ocupados pelo referido parque.

No que se refere ao Parque Empresarial da Ponta do Sol, há terrenos propriedade do Município que impedem a sua regularização, não obstante as inúmeras e constantes tentativas por parte da MPE, S.A. para a sua aquisição.

b) Está em preparação, pela MPE, S.A., a atualização do Plano de Dinamização dos Parques Empresariais.

c) No que se refere à coordenação das políticas que visem o crescimento da empresa e a otimização dos espaços existentes nos parques empresariais com as prioridades do Governo Regional e dos municípios onde os mesmos se encontram instalados, nomeadamente, ao nível das acessibilidades e da promoção da deslocalização das empresas para os parques, a MPE, S.A. tem feito a sua parte, solicitando às entidades com competências nessas matérias para irem de encontro às recomendações do Tribunal de Contas.

d) A MPE, S.A. está a mandar para cobrança coerciva todas as dívidas das empresas com mais de 4 meses em atraso, sabendo que muitas vezes essa não é a melhor solução, como bem foi esclarecido, oportunamente, ao Tribunal de Contas, pois as consequências são a paralisação de muitas delas, devido ao bloqueio das contas bancárias, entre outras.

e) A MPE, S.A. optou, para mensuração dos seus ativos fixos tangíveis, pelo modelo do custo, ou seja, os mesmos são valorizados pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

f) No que respeita às perdas por imparidade, de acordo com a NCFR 7, apenas se efetuam testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, quando existirem indicações de imparidade. Até à data, não foi considerada como indicação de imparidade a baixa /fracas ocupação de alguns parques, na medida em que os parques empresariais são para o acionista RAM, um projeto a longo prazo, nomeadamente, como instrumento de ordenamento do território, pelo que não faz sentido que os mesmos estivessem já totalmente ocupados.

Mesmo assim, a MPE S.A pretende solicitar um parecer ao seu Revisor Oficial de Contas.

Ao Secretário Regional da Economia:

- a) Está em preparação, pela Secretaria Regional de Economia, um procedimento de contratação pública para a adjudicação de uma prestação de serviços destinada à avaliação da viabilidade económico-financeira da empresa e a preparação, pela MPE, S.A. da atualização do Plano de Dinamização dos Parques Empresariais.
- b) O acompanhamento da execução do contrato de concessão é contínuo.

3.7.11 – Informação a constar no Site da MPE S.A.

Informação a constar no Site da empresa	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A	Data Atualização	
Orientações estratégicas	S	2023	-
Orientações setoriais	N/A	-	-
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	S	2020	-
Composição da sua estrutura societária	S	2020	-
Identificação das participações sociais que detêm	S	2022	-
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	N/A	-	-
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	N/A	-	-
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	S	2022	-
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	S	2022	-
Orçamento anual e plurianual	S	2022	-
Documentos anuais de prestação de contas	S	2022	-
Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	S	2022	-
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	S	2020	-
Relatório de Sustentabilidade	N	-	-
Relatórios Anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro	S	2023	-
Código de Ética	S	2017	-
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação de serviço público	N/A	-	-
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	N/A	-	-
Estatutos	S	2021	-
Informação Financeira histórica e atual	S	2022	-
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2022	-

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 BALANÇO INDIVIDUAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5.16	47 392 682	49 125 244
Ativos Intangíveis.....	5.18	-	-
Participações financeiras - outros métodos.....	5.15	1 000	-
Ativos por impostos diferidos.....	5.25.6	570 006	1 058 374
		47 963 688	50 183 618
Ativo corrente:			
Clientes.....	5.23.1	262 400	234 768
Estado e outros entes públicos.....	5.25.7	678 844	676 481
Outros créditos a receber.....	5.23.2	254 599	115 949
Diferimentos.....	5.25.8	15 010	15 690
Caixa e depósitos bancários.....	5.11	1 302 069	2 273 658
		2 513 612	3 316 536
Total do Ativo		50 477 300	53 500 155
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito.....	5.23.6	25 820 755	25 820 755
Outros instrumentos de capital próprio.....	5.25.1	1 998 666	1 660 000
Reservas legais.....	5.25.2	119 590	46 957
Resultados transitados.....	5.25.3	(14 076 961)	(15 456 972)
Outras variações no capital próprio.....	5.25.4	12 120 939	12 492 506
Resultado líquido do período.....		3 056 710	1 452 644
Total do capital próprio		29 039 700	25 965 889
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	5.25.5	30 132	30 132
Financiamentos obtidos.....	5.23.4	12 166 667	13 666 667
Passivos por impostos diferidos.....	5.25.6	1 816 160	1 869 853
		14 012 959	15 566 652
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	5.23.3	61 820	72 608
Adiantamentos de clientes.....		1 691	5 098
Estado e outros entes públicos.....	5.25.7	108 831	128 101
Financiamentos obtidos.....	5.23.4	1 500 000	2 647 384
Outras dívidas a pagar.....	5.23.2	2 138 869	1 935 698
Passivos financeiros detidos para negociação.....	5.23.8	3 613 431	6 988 720
		7 424 642	11 977 614
Total do passivo		21 437 601	27 544 266
Total do Capital Próprio e do Passivo		50 477 300	53 500 155

Licenciado a: Zacarias da Silva, Gab. Contab. Lda.

O Contabilista Certificado

Mafra Filomena Silva

O Conselho de Administração

Gonçalo Pimenta Camacho

Teresa Pereira Neves

Cauais Pereira

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	5.19	2 155 289	2 189 421
Fornecimentos e serviços externos.....	5.25.9	(366 753)	(383 464)
Gastos com o pessoal.....	5.21	(376 467)	(378 271)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	5.23.1	(22 348)	61 777
Aumentos/reduções de justo valor.....	5.25.10	3 375 295	1 339 146
Outros rendimentos.....	5.25.11	680 358	1 013 646
Outros gastos.....	5.25.12	(216 005)	(484 065)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 229 370	3 368 190
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5.25.13	(958 718)	(983 240)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 270 651	2 384 949
Juros e gastos similares suportados.....	5.25.14	(720 741)	(737 182)
Resultado antes de impostos		3 549 910	1 647 766
Impostos Diferidos do período		(488 368)	(191 081)
Imposto sobre o rendimento do período.....	5.20	(4 831)	(4 042)
Resultado líquido do período		3 056 710	1 452 643

Licenciado a: Zacarias da Silva, Gab. Contab. Lda.

O Contabilista Certificado

Maria Filomena Silva

O Conselho de Administração

Gonçalo Pimenta Carmacho

Teresa Pereira Neves

Cláudia Pereira

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Método Directo)

Euros

	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes	5.23.1	2 128 067	1 950 999
Pagamentos a Fornecedores	5.23.3	(431 557)	(418 955)
Pagamentos ao Pessoal	5.21	(371 040)	(385 105)
Caixa gerada pelas operações		1 325 470	1 148 940
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	5.20	475 703	144 167
Outros recebimentos/pagamentos	5.23.2	(550 517)	966 627
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 250 656	2 259 733
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis	5.16	(57 761)	(126 256)
Investimentos financeiros			(121)
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis	5.16	1 076 686	1 768 071
Juros e rendimentos similares		104	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 019 029	1 641 694
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	5.25.1		1 660 000
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	5.23.4	(2 508 718)	(2 586 075)
Juros e gastos similares	5.25.14	(732 557)	(766 517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3 241 274)	(1 692 592)
Variação da Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(971 589)	2 208 835
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 273 658	64 823
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.11	1 302 069	2 273 658

Licenciado a: Zacarias da Silva, Gab. Contab. Lda.

O Contabilista Certificado

/ Maria Filomena Silva

O Conselho de Administração

Gonçalo Pimenta Camacho

Teresa Pereira Neves

Cláudia Pereira

4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31-12-2021

Movimentos no período	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2021	1	24 159 645		46 957	(14 922 219)	13 021 060	(534 753)	21 770 690	21 770 690
Alterações no período:									
Ajustamentos por impostos diferidos	5.25.8					101 427		101 427	101 427
Outras alterações reconhecidas no CP	5.25.4				(534 753)	(689 982)	534 753	(689 982)	(689 982)
Resultado líquido do período	2				(534 753)	(588 555)	534 753	(588 555)	(588 555)
Resultado Integral	3						1 452 644	1 452 644	1 452 644
	4=2+3				611 993	(392 512)	1 987 397	864 089	864 089
Operações com detentores de CP:									
Realizações de Capital	5.26.1	1 661 110						1 661 110	1 661 110
Subscrições de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas			1 660 000					1 660 000	1 660 000
Outras operações									
	10	1 661 110	1 660 000					3 321 110	3 321 110
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2021	5=1+2+3	25 820 755	1 660 000	46 957	(15 456 972)	12 432 505	1 452 644	25 955 889	25 955 889

4.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 31-12-2022

Movimentos no período	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 01-01-2022	1	25 820 755	1 660 000	46 957	(15 456 972)	12 432 505	1 452 644	25 956 889	25 956 889
Alterações no período:									
Ajustamentos por impostos diferidos	5.25.8					53 693		53 693	53 693
Outras alterações reconhecidas no CP	5.25.4			72 633	1 380 011	(365 260)	(1 452 644)	(365 260)	(365 260)
Resultado líquido do período	2			72 633	1 380 011	(311 567)	(1 452 644)	(311 567)	(311 567)
Resultado Integral	3						3 056 710	3 056 710	3 056 710
	4=2+3			72 633	(1 380 011)	(311 567)	1 604 066	2 745 144	2 745 144
Operações com detentores de CP:									
Realizações de Capital	5.26.1		338 666					338 666	338 666
Outras operações									
			338 666					338 666	338 666
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2022	5=1+2+3	25 820 755	1 998 666	119 590	(14 076 961)	12 120 938	3 056 710	29 039 700	29 039 700

Licenciado a Zacarias da Silva-Gab.Contab, Lda/Software Sage Portugal

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível
 AI = Activo Intangível
 CP = Capital Próprio

O Certificado

(Maria Filomena Silva)

O Conselho de Administração,

(Gonçalo Pimenta Carneiro)

(Teresa Pereira Neves)

(Margarida Pereira)

5. ANEXO

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- Designação da entidade: MPE – Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A.
- Sede: Rua do Bispo N.º 16, 2.º andar, Sala 24, 9000-073 Funchal
- Natureza da atividade: Fornecimento e Serviços
- Designação da empresa-mãe: N.A.
- Sede da empresa-mãe: N.A.

O capital social da Sociedade encontra-se dividido em 5.164.151 ações, de valor nominal unitário igual a € 5, conforme o seguinte quadro:

Descrição	N.º Ações	V. Nominal	Valor	%
Região Autónoma da Madeira (RAM)	4 818 203	5,00 €	€ 24.091.015	93,30%
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	345.948	5,00 €	€ 1.729.740	6,70%
Total	5.164.151		€ 25.820.755	100%

A MPE - Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A. ("Empresa" ou "MPE"), foi constituída por Decreto Legislativo Regional (DLR n.º 28/2001/M, de 28 de agosto de 2001, com as alterações introduzidas pelos DLR n.º 12/2002/M de 17 julho, n.º 6/2015/M, de 13 de agosto, n.º 12/2018/M, de 6 de agosto e 12/2020/M de 10 de agosto), tendo por objeto social o exercício da concessão do serviço público de criação, instalação, gestão, exploração, promoção e manutenção dos parques empresariais mencionados no seu Anexo I.

A MPE pode ainda adquirir, ou por qualquer forma, participar no capital de outras sociedades, ainda que com objeto diferente, bem como adquirir participações em sociedades reguladas por leis especiais, em agrupamentos complementares de empresas, bem como em agrupamentos europeus de interesse económico.

Entende-se por parque empresarial uma zona territorialmente delimitada e, em princípio, vedada, devidamente infraestruturada, licenciada para a instalação de determinado tipo de atividades industriais, podendo ainda integrar atividades comerciais e de serviços.

A atribuição da concessão pelo diploma referido no primeiro parágrafo é feita pelo prazo de 25 anos, contados a partir do dia 27 de março de 2006, data em que foi assinado o contrato de concessão com a RAM. Nos termos deste, no momento de extinção da concessão, passam para a propriedade da RAM todas as ações representativas do

capital da MPE, S.A. exceto, obviamente, aquelas que já o sejam nesse momento. Desta forma, não está colocada em causa a continuidade das operações da Sociedade.

A administração e a fiscalização da sociedade encontram-se a cargo do Conselho de Administração (3 membros) e do Fiscal Único.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

5.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.2.1 Introdução

As demonstrações financeiras da MADEIRA PARQUES, que incluem o Balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 6 de março 2023, são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Sistema de Normalização Contabilística) e Declaração de Retificação n.º 915/2015, de 19 de outubro;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, alterada pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, alterado pelo Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro, alterado pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro, alterada pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

O presente Anexo, inclui, ainda, divulgações acerca dos riscos e incertezas que afetam a entidade e dos eventuais recursos e obrigações não reconhecidos no balanço.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 5.5, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na

informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras, para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

5.3 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística.

5.4 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As contas do Balanço e da demonstração dos resultados do presente período são comparáveis com as do período anterior.

5.5 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF requer que o órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 5.8 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras.

Na ausência de uma Norma ou Interpretação que se aplicasse especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, o órgão de gestão ajuizou quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resultasse em informação que fosse relevante para a tomada de decisões económicas por parte dos utentes e fiável, de tal modo que as demonstrações financeiras: (i) representam com fidedignidade a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade; (ii) refletem a substância económica de transações, outros acontecimentos e condições e não meramente a forma legal; (iii) são neutras, isto é, estão isentas de preconceitos; (iv) prudentes e (v) completas em todos os aspetos materiais.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

5.6 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.6.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os itens do ativo fixo tangível, que sejam classificados para reconhecimento como um ativo, são inicialmente mensurados pelo seu custo, o qual compreende (a) o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, bem como (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

Após o reconhecimento inicial o ativo tangível é escriturado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

5.6.2 Ativo fixo tangível em regime de cedência de utilização

Por já se encontrarem construídos à data de constituição da Empresa, e com exceção de alguns terrenos adquiridos no parque empresarial da Zona Oeste, no valor de € 350.308, os parques empresariais da Zona Oeste e Cancela não se encontram evidenciados nas demonstrações financeiras, não obstante a sua exploração também ser objeto do serviço público concessionado à MPE, S.A..

5.6.3 Métodos de depreciação usados

A MPE regista as depreciações pelo método da linha reta, resultando um débito constante durante a vida útil do ativo. Este método é utilizado por se considerar que é este o modelo que reflete, mais aproximadamente, o modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Esse método é aplicado consistentemente de período para período, a menos que ocorra uma alteração no modelo esperado de consumo desses futuros benefícios económicos.

5.6.4 Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As depreciações são calculadas após início de utilização de bens, pelo método das quotas constantes, utilizando-se, para o efeito, as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, e alterações subsequentes, em conformidade com o período de vida útil estimado para o grupo de bens.

O período de vida útil dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Anos
Edifícios e outras Construções	14 a 50
Eq. Básico	5 a 8
Equipamento de Transporte	4
Ferramentas e Utensílios	5
Eq. Administrativo	3 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	3 a 20

O período de vida útil dos ativos ultrapassa o prazo da Concessão, uma vez que não está prevista a extinção da empresa.

5.6.5 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis pela Sociedade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

O período de vida útil dos ativos fixos intangíveis varia entre 1 e 3 anos.

5.6.6 Instrumentos Financeiros

A MPE reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, não incluindo os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Nos termos da NCFR 27, todos os ativos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato, quer (a) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, ou (b) ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

São mensurados ao custo menos perdas por imparidades, nomeadamente clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários.

Os passivos financeiros detidos para negociação estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados, de acordo com o valor de mercado divulgado pelo Banco Santander Totta.

5.6.7 Rédito e Regime de Acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido de impostos, abatimentos e descontos, na data em que ocorrem as respetivas vendas e prestação de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa.

Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a Empresa, e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

5.6.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas e só quando exista uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de um evento passado, e seja provável que, para resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nessa data.

Os Passivos contingentes são definidos pela Empresa como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um influxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente viabilidade. Os Passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no Balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

5.6.9 Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, posteriormente, reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional, durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

5.6.10 Impostos sobre o rendimento

A sociedade é tributada em IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa normal de 14,7 %.

Em 2022 a não houve derrama municipal no Município do Funchal, pelo que não houve lugar a qualquer tributação nesta matéria.

Nos termos da legislação em vigor, a entidade encontra-se sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa compreendidas entre 2019 a 2022 poderão estar sujeitas, ainda, a essa revisão.

É também avaliada a existência de impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites, para efeitos de tributação em sede de IRC, sempre que haja probabilidade razoável de tais impostos virem a ser pagos ou recuperados.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto é também relevado na mesma rubrica.

O Conselho de Administração entende, no entanto, que as eventuais correções resultantes das revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras elaboradas com referência a 31.12.2022.

5.6.11 Benefícios dos empregados

Os benefícios, a curto prazo, dos empregados são reconhecidos como gasto do período. Os benefícios a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a Segurança Social. Caso o valor do gasto seja superior ao valor das quantias já pagas a diferença é registada como um passivo, tais como os valores associados a direitos a férias e subsídio de férias e outros equiparáveis. A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à Segurança Social, em matéria de complementos à reforma dos trabalhadores.

5.6.12 Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data do balanço, que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do balanço, que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (ver nota 5.22 do anexo).

O conflito na Ucrânia levou à perturbação no aprovisionamento energético da Europa, conduzindo a acentuados aumentos dos preços da eletricidade e do gás, e à escassez de matérias-primas provenientes da Rússia (madeira, pasta), que, agravado pelas disrupções nas cadeias logísticas internacionais introduzidas pelo surto pandémico Covid-19, dificultam a normalização do mercado. Estes fatores causadores de elevada inflação, levaram a um novo elemento com impacto económico na vida das empresas devido ao aumento das taxas de juro, prevendo-se que em 2023 esta situação se mantenha.

5.7 OUTRAS POLÍTICAS RELEVANTES

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as quatro principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística: (i) compreensibilidade; (ii) relevância; (iii) fiabilidade; e (iv) comparabilidade.

5.8 JUÍZOS DE VALOR QUE A ADMINISTRAÇÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos, no âmbito da tomada de decisão, sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são referidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas é apresentada na Nota 5.5, acima.

5.9 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificados pelo órgão de gestão situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

5.10 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Aquando da preparação das demonstrações financeiras, os responsáveis da Empresa realizaram um conjunto de juízos profissionais, estimativas e assunções quanto ao reconhecimento e mensuração dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

Os resultados atuais não deverão diferir dos julgamentos, estimativas e assunções realizadas pelos responsáveis da gestão.

5.11 FLUXOS DE CAIXA

Comentário sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes

Os saldos de Caixa e seus equivalentes não apresentam qualquer restrição à data do Balanço.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31/12/2022	31/12/2021
		Quantias disponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso
Caixa	Numerário	1 500	1 500
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1 300 569	2 272 158
Total		1 302 069	2 273 658

5.12 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Alteração voluntária em políticas contabilísticas

No presente período não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas com impacto material relevante nos elementos das demonstrações financeiras.

5.13 ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

No presente período não foram identificados quaisquer erros materiais relativos a períodos anteriores.

5.14 PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal chave da gestão

Considerando o pessoal chave da gestão e os órgãos sociais da empresa, o custo do exercício 2022, incluindo os encargos sociais, foi cerca de € 220.797.

5.15 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No decorrer do período de 2022 a Madeira Parques subscreveu o valor de € 1.000 na associação «INVEST-MADEIRA- Agência para a Internacionalização e Investimento».

5.16 ATIVO FIXO TANGÍVEL

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações foram os seguintes:

	Ativos fixos tangíveis	Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis curso	Total
Em 01/01/2021	Quantias brutas escrituradas	12 506 993	49 724 885	24 023	58 074	150 945	1 928	9 000	82 566 846
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	12 741 298	14 712	46 483	148 594	1 928	-	12 952 994
	Quantias líquidas escrituradas	12 506 993	36 983 587	9 311	11 591	2 351	-	9 000	49 612 852
Ações	1 843 476	227 402	-	-	-	-	-	-	2 070 880
Transferência ativo em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações - depreciações	-	476 971	-	-	-	-	-	-	476 971
Alienações - quantia bruta	444 090	1 608 129	-	-	-	-	-	-	2 052 219
Depreciações	-	971 438	1 477	9 527	798	-	-	-	983 240
Em 31/12/2021	Quantias brutas escrituradas	13 999 381	46 344 159	24 023	58 074	150 945	1 928	9 000	62 584 508
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	13 235 785	16 189	55 991	149 362	1 928	-	13 459 253
	Quantias líquidas escrituradas	13 999 381	33 108 374	7 834	2 083	1 583	-	9 000	49 125 244
Ações	584	-	-	-	-	1 108	-	107 496	109 188
Transferência ativo em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações - depreciações	-	278 404	-	-	-	-	-	-	278 404
Alienações - quantia bruta	267 570	693 894	-	-	-	-	-	-	1 161 434
Depreciações	-	983 581	1 477	2 083	1 597	-	-	-	988 718
Em 31/12/2022	Quantias brutas escrituradas	13 729 396	47 450 284	24 023	58 074	152 052	1 928	116 496	61 532 280
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	13 910 922	17 686	58 074	150 990	1 928	-	14 139 578
	Quantias líquidas escrituradas	13 729 396	33 539 362	6 337	0	1 062	-	116 496	47 392 682

5.17 PROCESSOS DE CONTENCIOSO SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A Construtora do Tâmega S.A., no âmbito da empreitada de “Conceção/Construção do Parque Empresarial de Câmara de Lobos”, intentou uma ação contra a MPE, S.A., no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, uma ação para pagamento da quantia de € 2.047.372, resultante de um cálculo de juros de mora. A Madeira Parques não reconheceu qualquer montante em dívida e, tendo sido condenada na 1ª Instância a pagar aquele montante, recorreu dessa decisão, tendo obtido provimento, exceto no tocante aos juros devidos pela mora no pagamento de uma fatura. A Construtora do Tâmega S.A., recorreu dessa decisão para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual, por Acórdão de 19 de janeiro de 2017, já transitado em julgado, julgou o recurso parcialmente procedente, tendo o processo baixado à 1.ª Instância, em abril de 2017. A MPE, S.A. em 2022, continuou a aguardar que fosse proferida nova sentença em

conformidade com o Acórdão do STA, que contemple apenas os juros de mora vencidos no valor aproximado de € 30.132, pelo que já se encontra constituída uma provisão nesse montante.

Existem vários processos de recurso de decisões arbitrais no âmbito de processos de expropriação litigiosa interpostos pela MPE, S.A. (iniciados nos anos de 2004, 2006, 2007 e 2008) relativos aos valores a pagar a título de indemnizações por expropriações de terrenos. Os montantes fixados por decisão arbitral foram depositados na Caixa Geral de Depósitos, em cumprimento do disposto no art.º 51º do Código das expropriações. Poderá estar associado a estes processos um ativo contingente de cerca € 86.475 (este valor resulta da diferença entre os valores depositados pela MPE, S.A. e os valores que a MPE, S.A. considera devidos).

Existem, também, processos interpostos por terceiros, alegando a ocupação indevida de terrenos sua propriedade pela MPE, S.A. num valor estimado de € 30.000.

No âmbito do contencioso referente à empreitada de "Conceção/Construção do Parque Empresarial de Câmara de Lobos", em que a Construtora do Tâmega S.A, intentou contra a MPE, S.A.;

A 01 de março de 2023, foi apresentada uma proposta de acordo, pela autora para pôr termo ao litígio nos seguintes termos:

O valor dos juros é, pelos cálculos, da Autora de € 38.488,52.

- A Ré paga à Autora o montante de 80% do valor supra indicado, ou seja, o valor de € 30.790,82;
- Cada parte suporta as suas custas;
- As partes prescindem das custas de parte.

A MPE, S.A. aceitou a proposta de acordo no valor de € 30.790,82, a pagar em 3 prestações:

1ª Prestação em 31.03.2023, no valor de 10.263,00;

2ª Prestação em 30.04.2023, no valor de 10.263,00;

3ª Prestação em 31.05.2023, no valor de 10.264,82.

5.18 ATIVO INTANGÍVEL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Ativos Intangíveis Quantias brutas escrituradas	Programas de computador	Total
Em 01/01/2021	17 718	17 718
Em 31/12/2021	17 718	17 718
Em 31/12/2022	17 718	17 718
Ativos Intangíveis Amortizações	Programas de computador	Total
Em 01/01/2021	17 718	17 718
Em 31/12/2021	17 718	17 718
Em 31/12/2022	17 718	17 718
Valor líquido a 31/12/2022	-	-

Os ativos intangíveis já se encontram totalmente depreciados.

5.19 RÉDITO

O rédito obtido no período de relato decompõe-se do seguinte modo:

Vendas e Prestação de Serviços	31/12/2022	Total	31/12/2021	Total
	Mercado Interno		Mercado Interno	
Prestação de serviços:				
Prestação de serviços	2 155 289	2 155 289	2 189 421	2 189 421
Total	2 155 289	2 155 289	2 189 421	2 189 421

As principais atividades da MPE, S.A., traduzem-se na cedência de pavilhões em regime de direito de utilização e na constituição de direitos de superfície sobre os lotes.

Também é cobrada uma taxa de serviços para a manutenção das infraestruturas e equipamentos comuns pela MPE, S.A..

5.20 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado do montante de € 4.831, do qual € 3.496 corresponde ao valor do IRC a pagar e € 1.336 à tributação autónoma a pagar sobre determinadas despesas. O imposto é detalhado como segue:

Imposto sobre o rendimento do exercício	31/12/2022	31/12/2021
	RGT	RGT
Taxa de Imposto	14,70%	14,70%
Resultados antes impostos	3 549 911	1 647 767
À acrescentar:		
Mais valia fiscal	-	186 349
Menos valia contabilística	60 405	280 939
Correções relacionadas com exercícios anteriores	18 691	10 277
Insuficiência estimativa de impostos	-	-
Seguro de viagem	-	-
Multas	-	4 350
Correção de saldos	4 834	-
Juros de mora	196	2
Créditos incobráveis	-	52 869
Indemnizações Seguráveis	-	-
Gastos confidenciais	-	-
Despesas não devidamente documentadas	1 808	37
Quebras de inventários	-	-
Imparidades de clientes	53 061	-
Variações patrimoniais positivas conta 56	-	-
À abater:		
Menos valia fiscal	146 293	481 514
Mais valia contabilística	87 439	277 673
Quotizações - majoração 50%	616	239
Reversão imparidades tributadas	-	39 275
Ganhos Justo valor	3 375 295	1 339 146
Lucro Tributável	79 263	44 744
Prejuízos Fiscais a Abater	55 484	31 321
Matéria Coletável	23 779	13 423
IRC	3 496	1 973
Tributações Autónomas	1 336	2 069
Imposto diferido do período	488 368	191 081
Resultado Líquido do Período	3 056 710	1 452 644
Taxa Efetiva de Imposto	13,89%	11,84%

Os impostos diferidos ativos e passivos encontram-se discriminados na nota 5.23.2.

Os prejuízos fiscais por utilizar constam do quadro seguinte:

Prejuízos fiscais por utilizar				
Prejuízos fiscais por utilizar	RGT			
	Ano em que foram gerados os prejuízos:	Prejuízo	Utilização de prejuízos em 31/12/2022	Saldo a reportar
2015	977 165	55 484,22	921 681	2023
2016	663 745	-	663 745	2030
2017	349 820	-	349 820	2024
2018	101 725	-	101 725	2025
2019	212 715	-	212 715	2026
2020	116 184	-	116 184	2032
Total	2 421 354	55 484	2 365 870	

5.21 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A repartição de Gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

Gastos com o Pessoal	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações órgãos sociais	188 884	183 442
Remunerações ao pessoal	109 841	116 897
Encargos sobre remunerações	69 801	70 030
Seguros de acidentes trabalho	2 086	2 094
Outros gastos com o pessoal	5 854	5 808
Total	376 467	378 271

São 7 o número de trabalhadores ao serviço da Empresa a 31 de dezembro de 2022.

5.22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

A MPE, S.A celebrou, em 09 de março de 2023, um contrato de transferência dos empréstimos celebrados com o Deutsche Bank em 2005 e com o Depfa Bank em 2006 cujos valores em dívida, à data da transferência, eram de € 4.000.000 e de € 3.000.000, respetivamente.

Ficou também definido que os juros dos cupões a decorrer dos referidos empréstimos seriam assumidos pela MPE, S.A., apenas até ao dia 09 de março de 2023, no valor de € 22.034 relativamente ao Deutsche Bank e € 23.860 relativamente Depfa Bank.

Para além da situação acima referida, a MPE S.A., não tem conhecimento de outros factos ou acontecimentos que poderiam ter afetado ou possam vir a afetar, significativamente as referidas Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2022.

5.23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria, de acordo com os Quadros Seguintes:

5.23.1 Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

CLIENTES - ATIVO	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
	não corrente	corrente	corrente
Cientes conta corrente		262 490	234 758
Cientes cobrança duvidosa		1 097 625	1 074 931
Subtotal		1 360 115	1 309 688
Perdas por Imparidades		(1 097 625)	(1 074 931)
Total		262 490	234 758

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas as seguintes perdas e reversões de imparidades em clientes:

Perdas por Imparidades acumuladas	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a 1 de janeiro	1 074 931	1 136 576
Reforço	149 538	105 720
Reversão em resultados	(127 190)	(167 497)
Anulação	346	131
Total	1 097 625	1 074 931

5.23.2 Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica "Outras Contas a Receber e a Pagar" tinha a seguinte composição:

Valores Ativos	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ativos por impostos diferidos	570 006	-	1 058 374	-
Devedores por acréscimos	-	452	-	469
Outros devedores e credores	-	254 148	-	114 998
Fornecedores - saldo devedor	-	-	-	481,90
Total	570 006	254 599	1 058 374	115 949
Valores Passivos	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Passivos por impostos diferidos	1 816 160	-	1 869 853	-
Fornecedores de investimentos	-	56 082	-	0
Credores por Acréscimos	-	209 483	-	216 526
Outros devedores e credores	-	1 870 704	-	1 714 651
Pessoal	-	-	-	180,00
Clientes - saldo credor	-	2 600	-	4 341
Total	1 816 160	2 138 869	1 869 853	1 935 698

5.23.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

Fornecedores - Valores Passivos	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c	61 820	72 608
Total	61 820	72 608

5.23.4 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Financiamentos Obtidos” tinha a seguinte composição:

Financiamentos Obtidos	31/12/2022	31/12/2021
Não corrente:		
Empréstimos bancários	12 166 667	13 666 667
Subtotal	12 166 667	13 666 667
Corrente:		
Suprimentos e outros Mútuos	-	338 666
Empréstimos bancários	1 500 000	2 508 718
Subtotal	1 500 000	2 847 384
Total	13 666 667	16 514 050

Foram contraídos nos anos de 2005 de 2006 financiamentos com o Deutsche Bank e Depfa Bank, respetivamente, e o de 2007 com a Banca OPI e que estão discriminados da seguinte forma:

Financiamentos	PRAZO		Total
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	
DeustscheBank (2005)	500 000	3 500 000	4 000 000
DEPFA Bank	333 333	2 666 667	3 000 000
Banca OPI (2007)	666 667	6 000 000	6 666 667
Total	1 500 000	12 166 667	13 666 667

Encontram-se registadas no “Passivo Corrente”, as prestações a pagar em 2023, no valor de € 1.500.000 €, relativa aos empréstimos do Deutsche Bank e Depfa Bank contraídos em 2005 e em 2006, respetivamente e do empréstimo da Banca OPI, contraído em 2007.

Estes empréstimos encontram-se avalizados pela RAM, acionista maioritário da Sociedade.

5.23.5 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado no montante de € 25.820.755, sendo representado por 5.164.151 ações distribuídas do seguinte modo:

Descrição	N.º Ações	V. Nominal	Valor	%
Região Autónoma da Madeira (RAM)	4 818 203	5,00 €	€ 24.091.015	93,30%
Instituto de Desenvolvimento Empresarial	345.948	5,00 €	€ 1.729.740	6,70%
Total	5.164.151		€ 25.820.755	100%

5.23.6 Derivados

O valor de mercado dos derivados, registado a 31-12-2022, foi de € 3.613.431 o que originou um ganho por aumento do justo valor, para o período de 2022, no valor de € 3.375.295.

5.24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os Honorários do Revisor Oficial de Contas, para o ano 2022, ascenderam a € 5.250.

5.25 OUTRAS INFORMAÇÕES

5.25.1 Outros Instrumentos de Capital Próprio

O movimento ocorrido na rubrica “Outros Instrumentos de Capital Próprio”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

Outros Instrumentos Capital Próprio	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	1 660 000	-
Movimento no período	338 666	1 660 000
Total	1 998 666	1 660 000

No decorrer do Período o Acionista Região Autónoma da Madeira realizou Prestações suplementares do montante de € 338.666, pela conversão do mútuo celebrado em 2020 conforme deliberação da Assembleia Geral de 19 dezembro de 2022.

5.25.2 Reserva Legal

O movimento ocorrido na rubrica Reserva Legal, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

Reserva legal	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	46 957	46 957
Aplicação resultado período anterior:	72 633	-
Total	119 590	46 957

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais, até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

5.25.3 Resultados Transitados

O movimento ocorrido na rubrica Resultados Transitados, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

Resultados Transitados	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	(15 456 972)	(14 922 219)
Aplicação resultado período anterior	1 380 011	(534 753)
Total	(14 076 961)	(15 456 972)

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do período de 2021, efetuada em 31 de março de 2022, foi deliberado que os resultados positivos do exercício de 2021, no montante de € 1.452.644, tivessem a seguinte aplicação:

Para reserva legal a importância de € 72.633;

E o saldo remanescente, no valor de €1.380.011, fosse transferido para a conta de resultados transitados.

5.25.4 Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica outras variações no capital próprio tinha a seguinte composição:

Outras Variações no Capital Próprio	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	12 432 506	13 021 060
Ajustamentos Subsídios		
Propram III:		
Anulação Subsídio terrenos alienados	(182 974)	(350 513)
Imputação ao período	(210 196)	(192 487)
Intervir I	(132 434)	(132 434)
Intervir I - Sistemas adução	(11 065)	(11 065)
Reconstrução - Intempérie 20 fevereiro	(3 483)	(3 483)
Proderam 2020	174 892,95	-
Ajustamentos por impostos diferidos:		
Propram III:		
Anulação Subsídio terrenos alienados	26 897	51 525
Imputação ao período	30 899	28 296
Intervir I	19 468	19 468
Intervir I - Sistemas adução	1 627	1 627
Reconstrução - Intempérie 20 fevereiro	512	512
Proderam 2020	(25 709)	-
Total	12 120 939	12 432 506

Nos termos da NCRF 22, “os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis, incluindo subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.”.

No âmbito do Programa POPRAM III, na sua vertente apoiada no FEDER, com referência a 31-12-2022 encontra-se registado, em outras variações no capital próprio, no montante de € 5.662.830.

No âmbito do programa operacional FEDER, Intervir+, foram aprovadas e contratualizadas 2 candidaturas:

- **Construção de Pavilhões**, relativamente a esta candidatura, a 31-12-2022, encontra-se registado, em outras variações do capital próprio, o montante de € 4.250.031.

- **Sistemas de Adução de Água Potável – Parques Empresariais da Ribeira Brava, Calheta e Porto Moniz**, este subsídio encontra-se registado em outras variações do capital próprio, pelo montante de € 63.738, a 31-12-2022.

O investimento na **estabilização do muro de suporte do Parque Empresarial da Ribeira Brava**, foi participado no âmbito do Programa de Reconstrução da Madeira – Intempérie 2010, este subsídio encontra-se também registado, a 31-12-2022, em outras variações do capital próprio, pelo montante de € 112.886.

No âmbito do programa PRODERAM 2020, com referência a 31-12-2022, encontra-se registado, em outras variações no capital próprio, no montante de € 149.184.

Os montantes atrás referidos são líquidos do respetivo imposto diferido.

5.25.5 Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Provisões” tinha a seguinte composição:

Provisões	31/12/2022	31/12/2021
Processos judiciais em curso	30 132	30 132
Total	30 132	30 132

Em 2017 foi constituída uma provisão, no âmbito do processo 206/08.4BEFUN, para o pagamento dos juros de mora vencidos no pagamento das faturas emitidas no âmbito da empreitada “Conceção/Construção do Parque Empresarial do Estreito de Câmara dos Lobos”, no valor de € 30.132.

5.25.6 Ativos e Passivos por Impostos diferidos

O movimento ocorrido em 2022 e 2021 foi o seguinte:

Impostos Diferidos	31/12/2022				31/12/2021			
	Saldo Inicial	Constituição / Alteração de taxa	Reversão	Saldo Final	Saldo Inicial	Constituição / Alteração de taxa	Reversão	Saldo Final
Ativos								
Ajustamento dívidas cobrança duvidosa:								
Clientes	31.032	16.302	8.602	38.632	25.252	11.562	5.792	31.032
Devidos Financeiros (Swaps)	1.027.343	89.211	585.375	531.174	1.224.197	43.657	240.512	1.027.343
Subtotal	1.058.375	105.514	593.977	570.007	1.249.452	55.222	246.304	1.058.375
Total	1.058.375	105.514,47	593.977	570.006	1.249.458	55.222,99	246.304	1.058.375
Passivos								
Subsídios ao Investimento:								
Programa II:	1.033.688	-	57.796	975.892	1.113.502	-	79.821	1.033.688
Subs. Interir + P	751.888	-	19.468	732.420	771.356	-	19.468	751.888
SIST.ADUCAO	64.311	-	1.627	62.684	65.837	-	1.627	64.311
INTEMPERIE 20 FEV 2010	19.966	-	512	19.454	20.478	-	512	19.966
Proderam 2020	-	25.709,00	-	25.709,00	-	-	-	-
Subtotal	1.889.853	25.709,00	79.402	1.816.155	1.971.282	-	101.427	1.889.853
Total	1.889.853	25.709,00	79.402	1.816.160	1.971.280	-	101.427	1.889.853

Os impostos diferidos associados a clientes referem-se às imparidades reconhecidas na contabilidade acima dos prazos de mora fiscalmente aceites e ainda às imparidades referentes às Entidades Públicas.

5.25.7 Estado e Outros Entes Públicos

A repartição da conta “Estado e Outros Entes Públicos”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

VALORES ATIVOS	31/12/2022	31/12/2021
Imposto Rendimento Pessoas Coletivas	678.844	676.481
VALORES PASSIVOS	31/12/2022	31/12/2021
Imposto Rendimento Pessoas Singulares	5.601	6.250
Imposto Valor Acrescentado	95.551	114.945
Segurança Social	7.374	6.907
Outros Impostos	305	
Total	108.831	128.101

Com referência a 31-12-2022, a MPE, S.A. não é devedora nem à Autoridade Tributária, nem à Segurança Social.

5.25.8 Diferimentos

A repartição da conta “Diferimentos”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

DIFERIMENTOS - Valores Ativos	31/12/2022	31/12/2021
	Corrente	Corrente
Gastos a reconhecer:		
Seguros	11 569	11 017
Outros custos	4 041	4 673
Total	15 610	15 690

5.25.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

Fornecimentos serviços externos	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	33 518	20 718
Publicidade	2 409	353
Vigilância e segurança	55 427	51 506
Honorários	34 072	25 087
Comissões	15	15
Conservação e reparação	127 860	135 271
Outros serviços especializados	1 645	3 633
Materiais	3 689	1 931
Energia e fluidos	23 182	25 098
Deslocações e estadas	1 290	885
Transportes de pessoal		120,00
Rendas e alugueres	23 981	23 650
Serviços diversos	59 666	75 198
Total	366 753	363 464

5.25.10 Aumentos / reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos / reduções de justo” valor, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentou os seguintes valores:

Ganhos por aumentos Justo valor	31/12/2022	31/12/2021
Em instrumentos financeiros	3 375 295	1 339 146
Total	3 375 295	1 339 146

Os valores registados correspondem à informação disponibilizada sobre o valor de mercado, pelo Banco Santander Totta a 31/12/2022.

5.25.11 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é analisada como se segue:

Outros Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
Juros obtidos - mora	7 880	1 968,83
Recuperação dívidas a receber	-	223
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros	-	144
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	94 057	285 365
Correções relativas a exercícios anteriores	28 893	8 730
Imputação de subsídios para investimentos	540 152	689 983
Outros	9 376	27 233
Total	680 358	1 013 646

5.25.12 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é analisada como se segue:

Outros Gastos	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	104 614	96 354
Dívidas incobráveis	-	52 868,92
Gastos e perdas em investimentos financeiros	-	99,41
Gastos e perdas em Investimentos não financeiros	60 405	280 939
Correções relativas exercícios anteriores	18 691	10 277
Quotizações	1 232	478
Outros Gastos e Perdas	31 063	53 049
Total	216 005	494 065

5.25.13 Gastos / reversões de depreciação e amortização

A rubrica "Gastos / reversões de depreciação e amortização", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é analisada como se segue:

Gastos depreciação e amortização	31/12/2022	31/12/2021
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios outras construções	953 561	971 438
Equipamento básico	1 477	1 477
Equipamento transporte	2 083	9 527
Equipamento administrativo	1 597	798
Total	958 718	983 240

5.25.14 Resultados Financeiros

A rubrica "Resultados Financeiros", nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é analisada como se segue:

Resultados financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Juros e gastos similares suportados	720 741	737 182
Total	720 741	737 182

5.26 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período inclui o montante de € 3.375.295, que resulta da variação positiva apurada em consequência da mensuração ao justo valor do swap existente junto do Banco Santander, líquida do respetivo imposto diferido, no montante líquido de € 2.879.127.

De acordo com o artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, os incrementos patrimoniais não realizados não relevam para ser distribuídos.

Assim, o Conselho de Administração da MPE, S.A. propõe que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de € 3.056.710, tenha a seguinte aplicação:

- Para reforço da reserva legal, o montante de € 152.836, correspondente a 5% do resultado líquido;
- Para resultados transitados, a quantia remanescente de € 2.903.875.

5.27 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2023.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

(Gonçalo Nuno Pimenta Camacho)

Vogal Executiva

(Teresa Daniela dos Santos Pereira Figueira Neves)

Vogal Executiva

(Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira)

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida de Boavista, 1180, 4.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 50.477.300 euros e um total de capital próprio de 29.039.700 euros, incluindo um resultado líquido de 3.056.710 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Assinado por: PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA
NUNES
Num. de identificação:
Data: 2023.03.15 10:19:40+00'00'



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

7. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Aos Acionistas da**Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A., relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Madeira Parques Empresariais Sociedade Gestora, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo. Procedemos à análise do Relatório de Gestão referente do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

Assinado por: **PEDRO MIGUEL RAPOSO LISBOA**

NUNES

Num. de identificação:

Data: 2023-03-15 10:20:54+00'00'



CHAVE MÓVEL

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Pedro Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160813

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Member firm of Grant Thornton International Ltd
Capital Social: 31.400 Euros . Contribuinte / Matricula n.º 502 286 784 . Inscrita na C.R.C. Cascais
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 67, na C.M.V.M. sob o n.º 20161403

www.grantthornton.pt